



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Referência: PGEA nº 1.33.000.000668/2026-06

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

Torna-se público que a PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA (UASG 200058), por intermédio da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), [Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023](#), [Portaria PGR/MPU Nº 28, de 16 de Março de 2023](#), e demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**DATA DE ABERTURA: 12 de maio de 2026.**

**HORÁRIO: 11:00h (horário de Brasília).**

**LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de ar-condicionado, com mão de obra não residente e fornecimento de peças por ressarcimento, incluindo serviços sob demanda de realocação, instalação, desinstalação e carga de gás em sistemas VRF e splits para a sede da PR/SC em Florianópolis, bem como a prestação de serviços de análise da qualidade do ar para as unidades do Ministério Público Federal em Santa Catarina (Florianópolis, Criciúma, Tubarão, Joinville, Blumenau, Itajaí, Chapecó, Lages, Caçador e São Miguel do Oeste), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em grupos, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado (Acórdão TCU nº 503/2021 – Plenário), que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fornecer Declaração de observância desta condição junto a sua proposta (ANEXO V).
- 2.6. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**
- 2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 2.6.4.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.6.4.2. Caso conste, na consulta ao SICAF do fornecedor a existência de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

Ocorrências Impeditivas Indiretas, a administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.6.4.2.0. A tentativa de burla ao certame será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

2.6.4.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.7. Agente público do órgão ou entidade licitante.

2.6.7.1. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.6.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando o objeto da presente contratação não ser de alta complexidade e de alto vulto (Acórdão TCU nº 2.831/2012 – Plenário);

2.6.9. Pessoas físicas, considerando que a contratação exigir estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6.12. Empresas prestadoras de serviços das quais membro ou servidor ocupante de cargo



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal, ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, sejam sócios, gerentes ou diretores, conforme dispõe o art.3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme declarado nos termos constantes do modelo anexo a este edital;

**3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1. A participação se dará mediante o Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

3.2.2. O procedimento será divulgado no [Compras.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br/) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](https://www.gov.br/contratacoes-publicas/pt-br/), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.2.3. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo [Compras.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br/).

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

3.3.2. Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data da sua entrega em definitivo;

3.3.3. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

3.3.4. Inexiste impedimento à sua habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

3.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 3.3.6. Está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 3.3.7. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 3.3.8. Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- 3.3.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- 3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.4.1. No grupo/ítem exclusivo, caso exista, para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele ítem.
- 3.4.2. Nos grupos/ítems em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa
- 3.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 3.5.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 3.5.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 3.5.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.5.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 
- 3.5.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.5.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 3.5.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 3.5.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 3.5.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 3.5.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 3.5.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.**
- 3.7. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
-





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, considerando a adoção do critério de julgamento por menor preço por grupo.
- 3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, conforme campos solicitados no sistema, observando o seguinte:
- 4.1.1. Em nenhuma hipótese, será recebida/cadastrada proposta fora do prazo estabelecido.
- 4.1.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.1.3. Os documentos enviados e anexados no sistema eletrônico deverão observar os tipos aceitos no sistema e os exigidos neste edital.
- 4.1.4. Para formular a proposta, que ocorrerá, exclusivamente, pelo sistema eletrônico, a empresa deverá preencher os campos próprios do sistema, sem identificação da empresa, sob pena de desclassificação.
- 4.1.5. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.7.3. Devem ser respeitados os preços máximos por item previstos no Termo de Referência.**
- 4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.4.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário dos itens que compõem o grupo.**
- 5.4.2. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.
- 5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.6.1. O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários”.
- 5.7. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 2,00 (dois reais).**
- 5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.9. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
- 5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 5.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.16.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fornecer Declaração de observância desta condição junto a sua proposta (ANEXO V).**
- 5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.17.1.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 5.17.1.3. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 5.17.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
  - 5.17.2.2. Empresas brasileiras;
  - 5.17.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 5.17.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.17.3. Após a adoção dos critérios de desempate anteriores, persistindo o empate, a seleção do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, realizado, automaticamente, pelo sistema Compras.gov; e, caso o sistema esteja inoperante para realização do sorteio, será realizada sessão pública, por meio da plataforma Zoom, para a qual serão convocados todos os licitantes interessados, adotando-se o seguinte procedimento, enquanto o sistema Compras.gov não voltar a disponibilizar a realização de sorteio para essa situação:
- 5.17.3.1. O pregoeiro criará a reunião na plataforma Zoom, disponibilizando o link da reunião no chat da sessão pública da licitação, para acesso a qualquer dos licitantes;
  - 5.17.3.2. A sessão será gravada, para fins de instrução processual e transparência;
  - 5.17.3.3. Após aberta a reunião na plataforma Zoom, o pregoeiro aguardará um prazo de 5 (cinco) minutos para que os interessados possam adentrar à reunião;
  - 5.17.3.4. Passado o prazo anterior, o pregoeiro informará qual a numeração corresponderá a cada licitante que participará do sorteio, realizando, em seguida, o sorteio por meio do site <https://www.random.org/>;
  - 5.17.3.5. Após realizado o sorteio, o pregoeiro comunicará, no chat da sessão, qual a licitante vencedora do sorteio, que será aquela que seja convocada a apresentar sua proposta ajustada e demais procedimentos relativos ao julgamento da proposta e análise dos documentos de habilitação.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 6.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no tópico “[DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)” do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 6.1.1. SICAF;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 
- 6.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 6.1.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 6.1.4. **Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU** ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:112310083958715:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INI\\_DONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:112310083958715:::P3_TIPO_RELACAO:INI_DONEO));
- 6.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União - Inidôneos TCU, CNJ, CEIS e CNEP - (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e Certidão Negativa Correccional - CEIS e CNEP - (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).
- 6.3. As consultas no CEIS e CNEP, quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerão no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.4.2. O licitante será convocado via chat para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.4.3. O prazo para resposta à convocação será de 30 (trinta) minutos.**
- 6.5. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.
- 6.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item deste edital.
- 6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em
-



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.8. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8.1.1. Se a proposta apresentada contiver preços superiores aos limites máximos fixados para a contratação, o licitante será convocado para negociar a redução de seus valores, visando adequá-los aos valores máximos estabelecidos pela Administração.

6.8.1.2. No caso de julgamento por grupo, a aceitabilidade de preços será aferida individualmente por item. Portanto, cada um dos itens integrantes do grupo deve, obrigatoriamente, estar igual ou abaixo do seu respectivo valor máximo estimado, sendo vedada qualquer forma de compensação de preços entre os itens do grupo.

6.8.1.3. O procedimento de negociação será realizado por meio da funcionalidade de convocação para negociação disponível no sistema Compras.gov.br.

6.8.1.4. O licitante terá o prazo de 30 (trinta) minutos, contados a partir da convocação no sistema, para manifestar sua resposta quanto à redução dos valores.

6.8.1.5. A desclassificação da proposta ocorrerá caso o licitante rejeite a negociação, não responda dentro do prazo estipulado ou manifeste via chat o desinteresse em reduzir os preços aos limites máximos definidos neste Edital e em seus anexos.

6.8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.9. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta final (conforme modelo disponível no Anexo II do Edital) adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.9.1. **Junto a proposta final, as empresas deverão apresentar:**





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 6.9.1.1. Declaração nos termos art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, conforme Anexo III deste Edital.
- 6.9.1.2. Declaração de Regularidade Social, conforme Anexo IV deste Edital.
- 6.9.1.3. Declaração por não ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no Exercício, em Contratos Firmados com a Administração Pública. Conforme Anexo V deste Edital.
- 6.9.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:
- 6.9.2.1. Por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;
- 6.9.2.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.
- 6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 6.10.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.10.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.11.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.11.1.2. Que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.12. Considerando a contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.12.1. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, entendido como cada item individual que compõe o grupo.
-



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 6.12.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, observando-se, ainda que:
- 6.13.1. Serão desclassificadas as propostas que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;
- 6.13.1.1. Considera-se proposta vaga ou omissa aquela que não constar referência ao objeto licitado.
- 6.13.2. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta;
- 6.13.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, pode-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 6.13.3.1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 6.13.3.2. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- 6.13.3.3. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
- 6.13.3.4. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- 6.13.3.5. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 6.13.3.6. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 6.13.3.7. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 6.13.3.8. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- 6.13.3.9. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 6.13.3.10. Estudos setoriais;
  - 6.13.3.11. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
  - 6.13.3.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e
  - 6.13.3.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 6.14. O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta, nunca inferior a 30 (trinta) minutos, quando da convocação para o diálogo, inclusive, quanto à solicitação de esclarecimentos relativos à exequibilidade ou ajuste na proposta, antes da abertura de prazo para envio de documentos. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada.
- 6.15. Erros no preenchimento no documento com a **proposta final adequada ao último lance** não constituem motivo para a desclassificação da proposta. O documento poderá ser ajustado pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração dos preços;
- 6.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.17. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos aqui previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:
- 7.3. **Habilitação jurídica**
  - 7.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 7.3.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 7.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 7.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 7.3.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 7.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 7.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 7.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 7.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.5.1. É responsabilidade do licitante verificar a integridade de seu cadastro no SICAF, mantê-lo atualizado e, quando necessário, possuir a documentação atualizada para envio no prazo estabelecido no item anterior.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia digitalizada.
- 7.7. Qualificação Econômico-Financeira**
- 7.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 7.8. Qualificação Técnica**
- 7.8.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica estão pormenorizadas no item 10.7 do Termo de Referência e em seus subitens.
- 7.8.2. Em relação a apresentação dos atestados de capacidade técnica, deverão ser observados:
- 7.8.2.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 7.8.2.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.9. Após a fase de julgamento, o pregoeiro convocará o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para apresentar os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou estejam desatualizados no SICAF. Neste momento, o licitante será questionado via chat se deseja que sejam considerados para habilitação os documentos registrados no SICAF, se os documentos de habilitação já foram enviados junto à proposta final, ou, caso a convocação via chat não obtenha resposta, será aberto prazo de 02 (duas) horas para envio dos documentos por meio de upload no sistema.

7.9.1. Caso o fornecedor registre em resposta via chat que a documentação de habilitação já foi enviada junto à proposta final ou que deseja que sua habilitação seja analisada com base nos documentos disponíveis no SICAF, estará abrindo mão do prazo de 02 (duas) horas para envio da documentação de habilitação via sistema.

7.10. Encerrada a etapa de apresentação dos documentos de habilitação, o pregoeiro fará uma análise prévia da documentação e informará ao fornecedor, via chat, se a documentação apresentada está completa ou requer complementação, indicando, neste último caso, qual(is) documento(s) está(ão) faltante(s) ou necessita(m) ser complementado(s).

7.11. Caso o pregoeiro constate **a necessidade de complementação da documentação, seja para esclarecer informações de documentos já apresentados ou para suprir a ausência de documento comprobatório de condição pré-existente**, será aberto o prazo de 02 (duas) horas para o envio dos documentos solicitados por meio de upload no sistema.

7.11.1. A complementação referida deve obrigatoriamente restringir-se à juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública.

7.11.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada apresentada no chat pelo licitante, antes de findar o prazo original.

7.12. **Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).**

7.13. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.14. **A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**

7.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 7.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.17. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 7.21. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

## **8. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 8.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.2.1. A assinatura eletrônica do Termo de Contrato, deverá ocorrer no sistema de peticionamento eletrônico do MPF.
- 8.2.2. O adjudicatário deverá realizar cadastro no portal “Peticonamento Eletrônico do



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

MPF”, site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.

8.2.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.5. **Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital**, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.6. **A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.**

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser solicitados por meio do endereço eletrônico [PRSC-licitacoes@mpf.mp.br](mailto:PRSC-licitacoes@mpf.mp.br).

**10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 10.1. Comete infração administrativa, o licitante que, com dolo ou culpa, incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, relacionadas a seguir:
- 10.2. **Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.**
- 10.2.1. **Nível:** 3 - Relevante;
- 10.2.2. **Sanção:**
- 10.2.2.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 04 a 08 meses.
- 10.2.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 6% a 12%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 10.3. **Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:**
- A. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- B. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- C. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- D. Deixar de apresentar amostra;
  - E. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 10.3.1. **Nível:** 3 - Relevante;
  - 10.3.2. **Sanção:**
    - 10.3.2.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 04 a 08 meses.
    - 10.3.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 6% a 12%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 10.4. **Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou**
- 10.4.1. **Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;**
  - 10.4.2. **Nível:** 4 - Grave;
  - 10.4.3. **Sanção:**
    - 10.4.3.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 12 a 24 meses.
    - 10.4.3.2. **Multa sancionatória:** percentual de 8% a 16%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 10.5. **Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.**
- 10.5.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;
  - 10.5.2. **Sanção:**
    - 10.5.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos,** pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.
    - 10.5.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 10.6. **Fraudar a licitação.**
- 10.6.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;
  - 10.6.2. **Sanção:**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 10.6.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.
- 10.6.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 10.7. **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**
- A. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - B. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - C. Apresentar amostra falsificada.
- 10.7.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;
- 10.7.2. **Sanção:**
- 10.7.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.
- 10.7.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 10.8. **Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.**
- 10.8.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;
- 10.8.2. **Sanção:**
- 10.8.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.
- 10.8.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 10.9. **Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**
- 10.9.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;
- 10.9.2. **Sanção:**
- 10.9.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

10.9.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

**10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):**

- 10.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.10.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 10.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. A tabela a seguir apresenta a dosimetria das sanções administrativas a serem aplicadas em conformidade com os níveis de gravidade das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e conforme estabelecido nos artigos 32 a 38 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023. As infrações foram classificadas em cinco níveis de gravidade, e para cada nível são definidos os valores base das multas e dos períodos de impedimento ou inidoneidade.

Nível de Gravidade	Valor da Multa	Prazo de Impedimento / Inidoneidade
Nível 1 - Leve	Até 5%	Não aplicável
Nível 2 - Moderada	Base de 6%, variando entre 4% e 8%	Base de 3 meses, variando entre 2 e 4 meses
Nível 3 - Relevante	Base de 9%, variando entre 6% e 12%	Base de 6 meses, variando entre 4 e 8 meses
Nível 4 - Grave	Base de 12%, variando entre 8% e 16%	Base de 18 meses, variando entre 12 e 24 meses
Nível 5 - Muito Grave	Base de 15%, variando entre 10% e 20%	Base de 42 meses, variando entre 36 e 72 meses

10.11.1. As sanções aplicadas serão ajustadas conforme as particularidades de cada caso concreto, respeitando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. As variações nos valores das multas e nos períodos de impedimento/inidoneidade serão determinadas com





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

base nas circunstâncias agravantes e atenuantes. Essas circunstâncias são definidas nos artigos 35 e 36 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, e serão aplicadas sobre os valores base para o cálculo do valor final das sanções.

- 10.12. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.13. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.13.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.13.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.13.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante ou Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.14.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, **as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.**
- 10.14.2. **Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.**
- 10.15. Quando for o caso de aplicação exclusiva de pena de advertência ou multa, não havendo produção de provas, após a defesa preliminar, o processo será sumário, nos termos da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23, art. 3º, inciso V e Art. 46.
- 10.16. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa preliminar e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.17. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.18. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.19. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.20. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.21. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.22. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 10.23. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na **Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023**, que *“Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União”*.
- 10.24. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este Instrumento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica por meio do endereço eletrônico [PRSC-licitacoes@mpf.mp.br](mailto:PRSC-licitacoes@mpf.mp.br).
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. Os prazos estabelecidos nas convocações para manifestação do fornecedor, envio de informações e documentos, poderão ser prorrogados nas seguintes situações:
- 12.4.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;
- 12.4.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para a manifestação ou envio das informações ou documentos solicitados.
- 12.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias, quanto a erros encontrados



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

- 12.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>.
- 12.13. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 12.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.14.1. ANEXO I - Termo de Referência (TR)
  - 12.14.2. ANEXO II - Modelo de Proposta Final
  - 12.14.3. ANEXO III - Modelo de Declaração de Regularidade – CNMP Nº 37/2009
  - 12.14.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Regularidade Social
  - 12.14.5. ANEXO V - Declaração por não ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no Exercício, em Contratos Firmados com a Administração



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

Pública

12.14.6. ANEXO VI - Minuta do Contrato

*(datado e assinado eletronicamente)*

DANIEL CARLOS WEINGARTNER

Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas

Assinado com login e senha por DANIEL CARLOS WEINGARTNER, em 23/04/2026 16:26. Para verificar a autenticidade acesse  
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 13754856.fe9d386d.113d2213.5c8acb17

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Referência:** PGEA nº 1.33.000.000668/2026-06

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de ar condicionado, serviços sob demanda de realocação de evaporadoras VRF, instalação e desinstalação de splits e carga de gás para o sistema de climatização da sede da Procuradoria da República em Florianópolis- SC, com fornecimento de peças por ressarcimento, com mão de obra (não residente), ferramentas e materiais de consumo, nos termos da tabela a seguir, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Também, contratação de serviços de análise da qualidade do ar para todas as unidades do estado, localizadas em Florianópolis, Criciúma, Tubarão, Joinville, Blumenau, Itajai, Chapecó, Lages, Caçador e São Miguel do Oeste SC conforme tabela.
- 1.3. Disposição dos grupos:

**GRUPO 1 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM FLORIANÓPOLIS**

item	Descrição	Un med.	Qtd total anual	Periodicidade	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)	CATSER /CATMAT
Serviços continuados (manutenção preventiva e corretiva)							
1	Manutenção preventiva e corretiva de SISTEMA VRF – constituído de 33 condensadoras e 185 evaporadoras, com elaboração de PMOC	sistema	12	mensal	5.439,79	65.277,48	2771
2	Manutenção preventiva e corretiva de AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL(18 unidades) e PISO-TETO (3 unidades) de 12.000 btu/h até 24.000 btu/h – Total de 21 aparelhos	un	252	mensal	60,00	15.120,00	2771
3	Manutenção preventiva e corretiva de sistema de RENOVAÇÃO DE AR - 20 aparelhos	un	80	trimestral	33,59	2.687,20	2771
Serviços sob demanda*							
4	Realocação de unidade evaporadora VRF até 2 m	un	2	---	660,56	1.321,12	2020



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

5	<b>Realocação de unidade evaporadora VRF até 10 m</b>	un	2		1.153,46	2.306,92	2020
6	<b>Desinstalação de split de parede ou piso teto</b>	un	6	---	111,00	666,00	2020
7	<b>Instalação de split de parede ou piso teto</b>	un	6	---	442,64	2.655,84	2020
8	<b>Kit instalação para split</b>	m	50		119,18	5.958,89	338624
<b>Insumos</b>							
9	<b>Carga de gás R410</b>	kg	50	---	86,16	4.308,00	14435
<b>TOTAL</b>						<b>100.301,45</b>	

\* Quantidades estimadas

**GRUPO 2 ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR PARA PROCURADORIAS EM FLORIANÓPOLIS, CRICIÚMA, TUBARÃO, JOINVILLE, BLUMENAU, ITAJAI, CHAPECÓ, LAGES, CAÇADOR E SÃO MIGUEL DO OESTE**

Item	Descrição	Un. Med.	Qtd. Anual	Periodicidade	Valor máximo (R\$)		Catser
					Unitário	Total	
10	<b>Florianópolis / Análise de ar -Poluição Biológica (8); CO2 (8); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (8); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (8).</b>	Ponto de medição	16	Semestral	116,57	1.865,12	16500
11	<b>Criciúma / Análise de ar -Poluição Biológica (3); CO2 (3); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (3); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (3).</b>	Ponto de medição	6	Semestral	116,57	699,42	16500
12	<b>Tubarão / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).</b>	Ponto de medição	2	Semestral	116,57	233,14	16500
13	<b>Joinville Análise de ar -Poluição Biológica (5); CO2 (5); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (5); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (5).</b>	Ponto de medição	10	Semestral	116,57	1.165,70	16500
14	<b>Blumenau / Análise de ar -Poluição Biológica (5); CO2 (5); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (5); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (5).</b>	Ponto de medição	10	Semestral	116,57	1.165,70	16500
15	<b>Itajaí / Análise de ar -Poluição Biológica (5); CO2 (5); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (5); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (5).</b>	Ponto de medição	10	Semestral	116,57	1.165,70	16500

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 18/03/2026 18:07. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 22fcb5e6.c8fa066c.8014b3de.d3fa6225

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

16	<b>Chapecó / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).</b>	Ponto de medição	2	Semestral	116,57	233,14	16500
17	<b>Lages / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).</b>	Ponto de medição	2	Semestral	116,57	233,14	16500
18	<b>Caçador / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).</b>	Ponto de medição	2	Semestral	116,57	233,14	16500
19	<b>São Miguel do Oeste/ Análise de ar - Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).</b>	Ponto de medição	2	Semestral	116,57	233,14	16500
<b>VALOR MÁXIMO DO GRUPO</b>						<b>7.227,34</b>	

1.4. A manutenção preventiva do sistema de climatização será mensal para os aparelhos de ar condicionado e trimestral para sistema de renovação de ar conforme o descritivo de serviços constante no item 3 deste Termo e quantitativo na tabelas constante do apêndice 1 deste Termo.

1.4.1. O valor da mão de obra para a manutenção corretiva de ar condicionado deverá estar englobada no valor mensal dos serviços.

1.5. O prazo de vigência da contratação é até 30/06/2027, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado anualmente, respeitada a vigência máxima de 10 anos, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. As condições de reajuste estão previstas no termo de contrato, sendo aplicado o IPCA.

1.7. Os locais de execução dos serviços encontram-se no tópico 5.3.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A descrição da necessidade da contratação encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnico Preliminares, anexos a este termo de referência.

2.2. Há previsão no PCA 2025 para nova contratação dos serviços de manutenção de ar condicionado e análise da qualidade do ar para todo estado de Santa Catarina, que repete-se devido à licitação fracassada naquele ano.

2.3. O início dos serviços de manutenção de ar condicionado será em 01 de julho de 2026, dado que o atual contrato expira-se em 30 de junho de 2026. Os serviços análise da qualidade do ar para todas as unidades iniciar-se-ão após a assinatura do contrato e emissão da primeira Ordem de Serviço

2.4. Em que pese os valores estimados para a contratação previstos para o Grupo 2 deste termo - Análise da qualidade do ar - o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito dos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 18/03/2026 18:07. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave 22fcb5e6.c8fa066c.8014b3de.d3fa6225

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano não será aplicado conforme justificativa contida nos Estudos Técnico Preliminares.

- 2.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, considerando que os seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 3.1. A **Contratada** deverá providenciar a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** ou **Termo de Responsabilidade Técnica (TRT)**, do contrato no **CREA**, em **até 7 (sete) dias corridos a contar da sua assinatura**, sem ônus para o **Contratante**.

3.2. **DEFINIÇÕES E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO**

- 3.3. As manutenções **preventivas e preditivas ocorrerão mensalmente** sendo para a quantidade total de aparelhos existentes no sistema de climatização da Procuradoria conforme lista do apêndice 1. As manutenções do sistema de **renovação de ar com a troca de filtros ocorrerão trimestralmente**. As manutenções **corretivas** serão executadas sempre que ocorrer falha nos sistemas acima mencionados. **Em qualquer caso o custo do deslocamento até o local de atendimento deve estar incluído no valor orçado.**

Os chamados para atendimento dos **itens sob demanda** constantes no contrato, cujas quantidades são estimadas, ocorrerão quando da necessidade de realocação de evaporadoras VRF, instalação/desinstalação de splits e/ou carga de gás.

- 3.4. **Manutenção Preventiva/Preditiva:** tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento e limpeza, assegurando a qualidade da eficiência operacional. Tem ainda a finalidade de conduzir o equipamento mantido a uma operação mais próxima possível das condições de projeto, com melhor eficiência e menor consumo de energia.

- 3.4.1. Os **serviços de manutenção preventiva/preditiva de aparelhos do sistema VRF de Florianópolis (Grupo 1)** englobarão no mínimo as seguintes rotinas:

**ROTINA MENSAL**

- i) limpar externa e internamente o equipamento;
- ii) limpar e trocar (se necessário) filtros de ar;
- iii) limpar o sistema de drenagem e bandeja de condensado;
- iv) verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais em todo o sistema;
- v) verificar e corrigir vazamentos de ar, refrigerante e óleo;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

vi) eliminar focos de oxidação;

vii) verificar o escoamento d'água nos drenos;

viii) aplicar nas bandejas das máquinas produtos inibidores, visando evitar a proliferação de bactérias e fungos na água.

ix) verificar vazamentos e danos físicos na bandeja, conexões e tubulações do dreno, reaperto das abraçadeiras, reparo dos componentes ou troca (se necessário);

x) verificar a drenagem, obstrução, deterioração ou mal funcionamento da Bomba de Dreno(onde houver),limpar a bomba e verificar a coluna de água, efetuar a troca das partes danificadas (se necessário);

**ROTINA TRIMESTRAL**

i) verificar e realizar limpeza da serpentina do evaporador e condensador;

ii) verificar e ajustar todos os dispositivos de medição, controle e segurança (como termostato, pressostato e relé térmico);

iii) verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;

iv) retocar pintura;

v) medir vazão de ar de insuflamento, retorno e tomada de ar externo;

vi) medir tensão de alimentação;

vii) medir correntes elétricas dos motores;

viii) medir correntes elétricas dos compressores;

ix) eliminar pontos de corrosão.

**ROTINA SEMESTRAL**

i) realizar inspeção no sistema do compressor quanto a vibração ou ruído anormais, isolamento elétrico do motor e danos ao sistema elétrico, efetuando a troca de itens danificados (se necessário);

ii) inspecionar a Válvula de Expansão Eletrônica, circulação do refrigerante, realizar teste tátil ou via software, trocar atuador ou válvula completa (se danificado);

iii) inspecionar todo sistema de circulação do refrigerante, tubulação, válvula solenoide e reversora, acumuladores ou tanques, realizar teste audiovisual quanto a oxidações, vibrações, ruídos, e referente a operação da válvula;

iv) verificar, nos trocadores de calor, obstruções ou danos e possíveis vazamentos de refrigerante ou óleo, efetuar limpeza, correção de danos ao aletado e em caso de vazamento realizar o reparo e substituição(se necessário);

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- v) verificar no motor do ventilador e no motor da aleta difusora ruídos anormais, rolamentos, realizar limpeza do equipamento e troca de peças ou motor, (se necessário);
- vi) verificar o ventilador de arrefecimento do condensador, realizar teste auditivo, tátil e com multímetro, limpeza e troca(se necessário);
- vii) fazer a verificação se o aquecedor de cárter está operando quando o compressor para, teste tátil e multímetro, reparos na fiação ou troca da resistência(se necessário);
- viii) verificar condições de funcionamento dos disjuntores, contadores, fusíveis e chaves seccionadoras, realizar a troca(se necessário);
- ix) verificar nas evaporadoras a resistência anti-condensação(se houver), trocar(se necessário);
- x) verificar no quadro de controle (incluindo inversor) sujeira e remover com escovas, terminais e conectores reapertando e reconectando se necessário;
- xi) verificar nos Capacitores Eletrolíticos a aparência, capacitância e isolamento, teste visual e multímetro, e troca do equipamento se necessário;
- xii) realizar teste visual e com multímetro no Sensor de Temperatura (Termistor) e no Sensor de Pressão, e se necessário corrigir o cabeamento e fiação, ou troca do mesmo;
- xiii) verificar o isolamento termoacústico nas tampas e vedação das guarnições, reparando os trechos danificados;
- xiv) verificar os calços ou coxins de borracha quanto a deterioração ou esmagamento, substituindo de necessário.

**3.4.2. Os serviços de manutenção preventiva/preditiva no sistema de renovação de ar**  
(exaustores, insufladores, caixas de ventilação, ventiladores) englobarão no mínimo as seguintes rotinas:

**ROTINA TRIMESTRAL**

- i) substituir o elemento filtrante G3 ou F5 (caso seja necessária, essa substituição pode ser mensal);
- ii) verificar a existências de falhas operacionais;
- iii) verificar existência de sujeira, danos, corrosão e fixação do conjunto;
- iv) limpar o conjunto;
- v) verificar ruídos e vibrações anormais;
- vi) checar sistema de acionamento;
- vii) checar conexões elétricas;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- viii) verificar o estado e a instalação dos dispositivos de proteção;
- ix) verificar a existência de sujeira, danos e corrosão no filtro;
- x) verificar o ajuste da moldura do filtro na estrutura;
- xi) limpar venezianas, grelhas e difusores
- xii) eliminar focos de corrosão (se necessário);
- xiii) reapertar conexões elétricas;
- xiv) lubrificar rolamentos (se necessário);
- xv) verificar o estado dos amortecedores de vibração;
- xvi) verificar a operação dos controladores de vazão;
- xvii) limpar e vedar frestas da estrutura;

**3.4.3. Os serviços de manutenção preventiva/preditiva de aparelhos tipo split englobarão no mínimo as seguintes rotinas:**

- i) limpar externa e internamente o equipamento;
- ii) limpar filtros de ar;
- iii) desobstruir e limpar o sistema de drenagem e bandeja de condensado;
- iv) verificar fecho das tampas e parafusos dos painéis, completando o que faltar;
- v) verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- vi) verificar o escoamento d'água nos drenos;
- vii) verificar e corrigir vazamentos de ar, óleo e fluido refrigerante repondo a quantidade necessária ao perfeito funcionamento dos aparelhos;
- viii) verificar e limpar serpentinas do evaporador;
- ix) verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- x) verificar vazamentos e danos físicos na bandeja, conexões e tubulações do dreno, reaperto das abraçadeiras, reparo dos componentes ou troca (se necessário).
- xi) eliminar danos e corrosão na estrutura da máquina;
- xii) corrigir danos no isolamento térmico da máquina;
- xiii) medir tensão de alimentação;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- xiv) medir correntes elétricas dos motores, se necessário;
- xv) medir correntes elétricas dos compressores, se necessário;
- xvi) medir temperatura de insuflamento, retorno, ambiente e do ar externo;
- xvii) verificar funcionamento dos dispositivos de controle e proteção, corrigir se necessário;

3.5. As **rotinas de manutenção**, apresentadas nos itens acima são referências mínimas para execução dos serviços de manutenção preventiva dos sistemas objeto desta contratação, devendo a **CONTRATADA observar o PMOC** e providenciar todas as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos aparelhos ou para otimizar os processos.

3.6. **O PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle)** deve conter a identificação do estabelecimento, de todos os ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, a periodicidade das mesmas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização e outros de interesse, conforme especificações contidas no Anexo I da Portaria MS 3.523/1998 e NBR 13971/97 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

3.6.1. O PMOC deve ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias a contar do início da vigência do contrato, e deverá ser renovado anualmente.

3.6.2. **Na composição dos custos das manutenções preventivas devem estar previstas a elaboração, acompanhamento e atualização do PMOC.**

3.7. **Manutenção Corretiva (Chamado Técnico):** tem por objetivo o restabelecimento ou readequação dos componentes dos equipamentos dos aparelhos de ar condicionado VRF ou split, ou ventilação às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, restabelecimento da carga nominal de refrigerante(até 0,5 kg incluídos por chamado) bem como serviço de substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, entre outros procedimentos que se façam necessários.

3.7.1. **O valor da mão de obra para manutenção corretiva e custo do deslocamento até o local do atendimento deverão estar incluídos no custo mensal dos serviços, devendo a Contratada atender quantos chamados forem necessários ao longo do contrato.**

3.7.2. A manutenção corretiva incluirá serviços de atendimento a chamados de emergência, que tem como finalidade vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas no equipamento mantido, detectadas pela **Contratante** ou pela **Contratada**

3.7.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar os membros da sua equipe técnica, no prazo máximo de 24 horas após ter sido realizado o chamado para iniciar o atendimento e até 24 horas, para restabelecer as condições de funcionalidade do equipamento.

3.7.4. Caso não seja possível o restabelecimento no prazo estipulado no subitem anterior, a Contratada deverá, no mesmo prazo (dois dias), emitir relatório, contendo cronograma, e apontando os motivos que impossibilitam o restabelecimento da operação, bem como as causas da falha, os



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

materiais necessários para a solução do problema e a data para o restabelecimento, procedimentos a serem adotados e número de técnicos.

- 3.7.5. Após aprovação do cronograma indicado no subitem anterior, a **Contratada** deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma, responsabilizando-se, sem ônus para o **Contratante**, por qualquer mau dimensionamento no cronograma em relação à necessidade de técnicos, carga horária estabelecida, entre outros.
- 3.7.6. A manutenção corretiva incluirá serviços de atendimento a chamados de emergência, que tem como finalidade vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas no equipamento mantido no prazo de 24 horas.
- 3.7.7. **A manutenção corretiva incluirá todo material de consumo e mão de obra necessária** para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a serem mantidos.
- 3.7.8. Caso o **Contratante** não possua material, peça, componente ou acessório dos sistemas que necessite ser substituído imediatamente para a correção de um problema, deverá ser observado o disposto no subitem 3.14 (fornecimento de peças de reposição) deste Termo de Referência.

**3.8. Realocação de unidade evaporadora VRF**

- 3.8.1. **Até 2 m** - consiste na desinstalação de unidade evaporadora do sistema VRF com a desconexão da tubulação frigorígena, rede elétrica e drenos, e também recolhimento do fluido refrigerante entre o aparelho e a válvula de serviço, vácuo e posterior reinstalação na nova posição. O novo ponto de dreno será fornecido pela Procuradoria.
- 3.8.2. **Até 10 m** – consiste no serviço descrito no subitem anterior, acrescido de tubulação em cobre, isolamentos e fiação elétrica e solda para o alongamento da linha até o ramal principal e rebalanceamento do sistema se necessário.
- 3.8.3. Se a evaporadora a ser movida não contar com válvula de serviço será necessário a retirada de gás do sistema (aprox. 10 kg), vácuo e reposição do gás (pago pela Procuradoria).

**3.9. Desinstalação de aparelho split**

- 3.9.1. A desinstalação de aparelho split consiste na retirada de aparelho split juntamente com a desconexão da tubulação frigorígena, rede elétrica e drenos, e também recolhimento do fluido refrigerante de acordo com as normas da CONAMA. Os aparelhos deverão ser acondicionados em embalagem adequada para armazenamento.
- 3.9.2. Desinstalar o equipamento em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da ordem de serviço.
- 3.9.3. O equipamento a ser desinstalado deverá ser testado na presença de servidor da Procuradoria da República designado para acompanhamento dos serviços, que constatará seu perfeito funcionamento, condição que deverá ser mantida após seu acondicionamento e durante o período de garantia do serviço, de 90 (noventa) dias.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

**3.10. Instalação de aparelho split**

- 3.10.1. A instalação de aparelho split consiste na Instalação da Unidade Condensadora/Evaporadora, conforme indicação e observações do Fabricante.
- 3.10.2. Os serviços incluem a conexão da tubulação frigorígena (já existente) entre as unidades condensadora e evaporadora, a conexão elétrica e da rede de drenos existentes, vácuo e pressurização com fluido refrigerante 410A ou R32.
- 3.10.3. A **Contratada** fornecerá os suportes da condensadora, bucha e parafusos, devendo o custo de tais componentes estar incluídos nos preços cotados.
- 3.10.4. A instalação dos equipamentos deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, mediante agendamento com a respectiva Procuradoria da República no Município.

**3.11. Kit de instalação**

- 3.11.1. No caso da instalação de split prevista no item 3.10 necessitar de linhas maiores, serão fornecidos pela CONTRATADA a tubulação de cobre, isolamentos térmicos **elastoméricos**, cabo PP de conexão entre condensadora e evaporadora com fios 4mm, fitas perfuradas para suporte, buchas, parafusos e fita branca de pvc.
- 3.11.2. O valor do kit será pago por metro, conforme preço do item obtido na licitação.
- 3.11.3. O ponto elétrico do quadro de energia até o equipamento será fornecido pela Procuradoria.

**3.12. DEFINIÇÕES E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR**

- 3.12.1. Ficará a cargo de empresa especializada, vencedora do grupo 2, realizar análises microbiológicas e de diagnóstico da qualidade do ar nas dependências das sedes do Ministério Público Federal em Santa Catarina.
- 3.12.2. A CONTRATADA prestará os serviços de análises microbiológicas e de diagnóstico da qualidade do ar interior, semestralmente, de acordo com a metodologia adotada NBR 17037/2023, conforme padrões nela referenciados para os seguintes itens:
  - 3.12.2.1. Poluição Biológica;
  - 3.12.2.2. Poluentes físicos e químicos- CO<sub>2</sub>;
  - 3.12.2.3. Partículas em suspensão – PM<sub>10</sub> e PM<sub>2,5</sub>;
  - 3.12.2.4. Temperatura, umidade relativa e velocidade do ar.
- 3.12.3. **Os serviços** de análise da qualidade do ar deverão ser executados no horário de funcionamento das Procuradorias, a fim de captar as condições reais de trabalho no dia-a-dia. Antes do início dos serviços, a Contratada deverá apresentar um cronograma de execução, que deverá ser aprovado pela contratante.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 3.12.4. Os serviços deverão ser executados por meio da coleta de amostras de ar ambiente e de ar exterior, e posterior realização de análises.
- 3.12.5. Os pontos mínimos de amostragem por semestre estão estabelecidos no item 1.3-Grupo 2 deste Termo, conforme NBR 17037/2023.
- 3.12.6. Detalhamento das atividades:
- 3.12.6.1. A contratada deverá implementar, capacitar, operacionalizar, e gerenciar, conjuntamente com os representantes dos proprietários, locadores ou prepostos o Programa de Gestão da Qualidade do ar interior conforme ISO16000-40.
  - 3.12.6.2. O prazo para o início das atividades de coleta para a primeira análise (primeiro semestre) será de 01 (um) mês, após a emissão do pedido de serviço (demandado) pela Fiscalização, sendo o prazo total para a coleta e emissão do relatório final de 60 (sessenta) dias corridos.
  - 3.12.6.3. Para a segunda análise, o prazo para a coleta e emissão do relatório final será o mesmo, que será realizada depois de transcorridos 06 (seis) meses da emissão do pedido de serviço inicial.
  - 3.12.6.4. A CONTRATADA deverá realizar a programação e planejamento detalhado das atividades e dos pontos onde serão realizadas as coletas de material em conjunto com a Fiscalização.
  - 3.12.6.5. O número de amostras a serem coletadas é definida conforme a área ou números de ambientes de acordo com a tabela de pontos para cada município (vide item 1.3.grupo 2), para o monitoramento da qualidade do ar interior o critério foi definido por área construída climatizada, número de máquinas ou por zonas térmicas.
  - 3.12.6.6. A CONTRATADA será responsável pela análise das plantas e projetos dos sistemas de ar climatização, pela realização de vistoria “in loco” e avaliação das necessidades de inclusão ou exclusão de ambientes/equipamentos nas análises.
- 3.12.7. Detalhamento das análises e do relatório técnico final:
- 3.12.7.1. O laboratório que realizará as análises microbiológicas das amostras de ar e material particulado, e seus responsáveis técnicos, deverão estar em situação regular perante os Conselhos Regionais de Biologia, Química e/ou demais instituições oficiais regulamentadoras.
  - 3.12.7.2. O profissional deverá ser credenciado em Conselho da categoria profissional ou outro órgão com esta atribuição, que o autorize a realizar a coleta e análise do ar, e deverá possuir com competência legal conforme preconiza a NBR 17037/2023.
  - 3.12.7.3. O relatório final deverá conter os resultados e interpretações, traduzidas em termos acessíveis, de modo a indicar com precisão os níveis de “contaminação” de cada ambiente / equipamento analisado, devendo constar: a análise microbiológica do ar (qualitativa quantitativa e relativa); contaminação química (dióxido de carbono e aerodispersóides); parâmetros físicos (temperatura, umidade e velocidade do ar).

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 3.12.7.4. O relatório final e os laudos de análise microbiológica da qualidade do ar dos ambientes climatizados deverão correlacionar os condicionadores de ar (local / pavimento), data, local e horário da coleta com os resultados obtidos.
- 3.12.7.5. O relatório final deverá sugerir as ações corretivas, com a implementação de novas rotinas ou atividades na manutenção programada (preventiva ou corretiva) para melhoria da qualidade do ar nos ambientes internos e externos, devendo fornecer subsídios para as decisões do responsável técnico pelo PMOC, quanto à definição de periodicidade dos procedimentos de limpeza e manutenção dos componentes dos sistemas.
- 3.12.7.6. As cópias dos certificados de calibração de todos os instrumentos de medição, necessários à realização dos serviços, devem fazer parte do relatório técnico final.

**3.13. Fornecimento de Insumos, Equipamentos e Materiais**

**3.13.1. Carga de Gás**

- 3.13.1.1. O gás necessário para o perfeito funcionamento do aparelho, que exceder ao previsto no chamado técnico, será pago proporcionalmente à quantidade colocada. Para tanto, a **Contratada** deverá levar balança para a pesagem quando da carga de gás, realizando a medição antes e depois da carga, na presença de um servidor designado.
- 3.13.1.2. A carga de gás será paga em kg de acordo com o preço registrado, adicionalmente ao chamado técnico aberto.

**3.13.2. Insumos**

- 3.13.2.1. A **Contratada** deverá arcar, sem ônus para o **Contratante**, com o custo do fornecimento de materiais de consumo, que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: fluido refrigerante (até 0,5 kg por chamado técnico), lixas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, veda-rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, solda (para tubulação de cobre), tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, conector terminal (compressão e pressão), braçadeiras de nylon, arruelas, pregos, pincéis, parafusos, óleos e graxas utilizados na lubrificação de mancais, motores elétricos e compressores, tubos de cobre (até 1m) e isolamento térmico, utilizados para a recomposição do sistema e outros materiais necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estarem em perfeitas condições de uso.
- 3.13.2.2. Os insumos deverão ser reciclados, recicláveis atóxicos e biodegradáveis, quando cabível.

**3.13.3. Equipamentos, Materiais, Ferramentas e EPIs**

- 3.13.3.1. A **Contratada** deverá fornecer durante a atuação de sua equipe, sem ônus para a **Contratante**, todos os equipamentos, ferramentas, EPI's (equipamentos de proteção individual), materiais, materiais de consumo, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

3.13.3.2. A **Contratada** deverá utilizar equipamentos e ferramentas, conforme relação mínima abaixo, em sua rotina de manutenção periódica, em intervenções corretivas ou sempre que solicitada pelo Fiscal do Contrato sem nenhum ônus para o **Contratante**:

Quantidade	Unidade de Medida	DESCRIÇÃO
1	u.n	BOMBA DE VÁCUO 10 CFM
1	CJ	APARELHO DE SOLDA OXIACETILENICA PPU
1	CJ	CORTADOR DE TUBOS
1	CJ	MANIFOLD COMPLETO PARA GAS R22/R407C
1	CJ	MANIFOLD COMPLETO PARA GAS R410A
1	PÇ	FLANGEADOR DE TUBOS
1	PÇ	VACUÔMETRO DIGITAL VG 64 (ou equivalente)
1	PÇ	BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO DIGITAL (0 a 20 kg)
1	PÇ	PASTA OU MALETA DE FERRAMENTA
1	PÇ	DETECTOR VAZAMENTO GÁS R22
1	PÇ	DETECTOR VAZAMENTO GÁS R410A
1	CJ	VÁLVULA DE SEGURANÇA PARA NITROGÊNIO
1	PÇ	ALICATE AMPERÍMETRO (0 a 50A)
1	PÇ	MINI-AMPERÍMETRO DIGITAL
1	PÇ	CHAVE FENDA 1/4" X 6"
1	PÇ	CHAVE FENDA 1/8" X 3"
1	PÇ	CHAVE COTOCO FENDA 3/16"
1	PÇ	CHAVE COTOCO PHILLIPS 3/16"
1	PÇ	CHAVE PHILLIPS 1/4" X 4"
1	PÇ	CHAVE FENDA 5/16" X 6"
1	PÇ	ALICATE UNIVERSAL
1	PÇ	ALICATE CORTE DIAGONAL
1	PÇ	ALICATE DE PRESSÃO
1	CJ	JG SOQUETE + CATRACA 9 a 19 mm
1	PÇ	CHAVE INGLESA 14"
1	PÇ	CHAVE INGLESA 12"
2	PÇ	CHAVE INGLESA 6"
1	PÇ	ESTILETE PADRÃO
1	PÇ	TRENA DE BOLSO 5 M
1	PÇ	LANTERNA ( c/ PILHA )
1	PÇ	ALICATE DE BICO 6"
1	CJ	JG CHAVE COMBINADA 6 A 22 MM CRV
1	CJ	ESTOJO CHAVE HALLEN 25 PÇS
1	PÇ	VÁLVULA REGULADORA NITROGÊNIO (40kgf/cm³)

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 18/03/2026 18:07. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 22fcb5e6.c8fa066c.8014b3de.d3fa6225

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

1	PÇ	TERMÔMETRO DE 5 PONTAS(PENTA)
---	----	-------------------------------

.1

3.13.3.3. A estocagem de equipamento e material da **Contratada** nas dependências da **Contratante** será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a **Contratada** deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes.

3.13.3.4. A **Contratada** deverá apresentar ao fiscal do Contrato a relação dos equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC), de acordo com a necessidade dos serviços prestados, elaborada pela área técnica de segurança do trabalho da **Contratada**, devidamente assinada pelo responsável. Essa lista deverá ser apresentada acompanhada da relação das ferramentas e equipamentos.

3.13.3.5. Todo o transporte vertical e horizontal de equipamentos e materiais ficará a cargo da **Contratada**.

3.13.3.6. Caso a **Contratante** constate qualquer negligência por parte da **Contratada**, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estes serão fornecidas pela **Contratada** sem ônus para a **Contratante**.

3.13.3.7. A **Contratada** deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução. Todas as providências e custos advindos do uso ou aplicação de materiais não submetidos à aprovação pelo fiscal do contrato, e que porventura venham a ser rejeitados, serão de responsabilidade exclusiva da **Contratada**.

3.13.3.8. A **Contratada** deverá entregar ao fiscal da contratação, para que seja realizada avaliação, todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos. Após avaliação, o descarte de materiais será de inteira responsabilidade da **Contratada** que deverá aplicar a logística reversa sempre que possível.

3.13.3.9. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos e originais, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo ser reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, além de ser submetidos à aprovação pelo fiscal da contratação.

#### 3.14. **Fornecimento de peças de reposição**

3.14.1. Caberá à **Contratada** comprovar a necessidade de substituição ou aplicação da peça ou componente não previstos no contrato. A **Contratada** deverá encaminhar, para aprovação do fiscal do contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da detecção do problema, laudo técnico ou relatório contendo a relação com detalhamento e especificações técnicas completas de peças ou componentes necessários à reposição.

3.14.2. O laudo técnico ou relatório deverá contemplar as rotinas de manutenção realizadas que justificam a substituição das peças ou componentes danificados, gastos ou defeituosos, devendo discriminar a peça e o respectivo defeito.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 3.14.3. A eventual reposição com marcas distintas das existentes somente será aceita mediante justificativa técnica da **Contratada**, contendo os motivos da substituição e desde que as peças ou componentes substitutos apresentem a mesma equivalência técnica das peças originais.
- 3.14.4. Todas as peças deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem ser submetidas à verificação e aprovação da Fiscalização.
- 3.14.5. O pagamento das peças ou componentes para a CONTRATADA será feito junto com a fatura dos serviços ou por meio de documentação específica para aquisição desses produtos conforme descrito no item “3.15- Ressarcimento”, abaixo.
- 3.14.6. No caso de fornecedor exclusivo da peça ou componente, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do seu fornecedor, bem como cópia de uma nota fiscal de venda já realizada desse componente para outrem. Caso a peça ou componente nunca tenham sido vendidos, deverá ser apresentada justificativa explicitando tal fato.
- 3.14.7. O fornecimento de materiais e serviços ligados ao serviço objeto do contrato não se constitui como mera faculdade da CONTRATADA, tratando-se pois de verdadeira obrigação contratual assumida em decorrência do serviço, sem a qual fica prejudicada a execução, podendo a negatória para aquisição – salvo se por motivo justo aceito pela CONTRATANTE – configurar grave violação contratual.
- 3.15. Ressarcimento de peças**
- 3.15.1. Caso necessário, o CONTRATANTE poderá solicitar o fornecimento de materiais não constantes neste Termo de Referência. Neste caso, a CONTRATADA apresentará previamente ao CONTRATANTE o valor proposto para o fornecimento.
- 3.15.2. Para fins de ressarcimento, o Fiscal do Contrato, ou a CONTRATADA por solicitação do fiscal (quando for inviável para o CONTRATANTE) efetuará a pesquisa de preços para comprovação da compatibilidade com os praticados no mercado, por meio de pelo menos, mais 02 (duas) propostas. Na hipótese de Fiscal constatar que o preço proposto para a substituição é superior ao do mercado, a CONTRATADA será ressarcida pelo menor preço praticado.
- 3.15.3. O fornecimento estará sujeito à aprovação por parte do CONTRATANTE, após a constatação de que os preços apresentados nas propostas estão compatíveis com os preços de mercado. O valor a ser ressarcido à CONTRATADA será aquele apresentado na nota fiscal de compra e este não poderá ser maior que o valor mínimo indicado nas propostas de preços apresentadas.
- 3.15.4. Em casos emergenciais, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA o fornecimento de materiais e equipamentos de forma imediata, situação esta em que os prazos indicados serão desconsiderados, devendo tais materiais serem entregues em tempo hábil para contornar a situação de emergência. Após a situação de emergência ser contornada, o(s) fiscal(is) do contrato efetuará(ão) as devidas medições para levantamento dos materiais ou equipamentos utilizados para posterior pagamento ou ressarcimento à CONTRATADA, conforme o caso.
- 3.15.5. O material deverá ser fornecido e aplicado após a manifestação formal da CONTRATANTE.
- 3.15.6. O valor a ser ressarcido à CONTRATADA será aquele apresentado na nota fiscal de compra, acrescido do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) máximo de 14,02%, referencial médio



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

definido no item 9.1 do Acórdão Nº 2622/2013-TCU-Plenário para mero fornecimento de materiais e equipamentos.

3.15.6.1. O valor final (acrescido de BDI) de cada material deverá constar nas eventuais notas fiscais de cobrança dos materiais fornecidos.

3.15.7. O valor do produto na nota fiscal de compra não poderá ser maior que o valor mínimo indicado na pesquisa de preço.

3.15.8. Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal própria, constando:

3.15.8.1. Especificação completa e quantidades do produto fornecido;

3.15.8.2. Valor unitário do produto igual ao valor unitário constante na nota fiscal de compra, acrescido do respectivo BDI;

3.15.8.3. Discriminação de todos os tributos federais incidentes a serem retidos e recolhidos de acordo com o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012;

3.15.8.4. A necessidade de emissão de nota fiscal própria em nome da CONTRATADA com discriminação dos tributos federais é entendimento do PARECER Nº 9/2021/ASSAD anexado aos Estudos Técnico Preliminares da Contratação.

**3.16. Especificação da garantia das peças (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

3.16.1. O prazo de garantia contratual das peças, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do seu recebimento.

**3.17. Da equipe técnica (grupo 1):**

3.17.1. Em até 05 (cinco) dias úteis após o início do contrato, a Contratada deverá apresentar ao fiscal do Contrato, para fins de execução dos serviços descritos, a comprovação dos recursos humanos nas quantidades e categorias profissionais constantes abaixo:

3.17.1.1. **Visitas Programadas e Eventuais:** consistem nas atividades de manutenção **preventiva e corretiva** dos aparelhos, contemplando também visitas emergenciais em atendimento a chamados da **Contratante**. Os profissionais que realizarão estas atividades serão responsáveis por manter a operação dos sistemas objeto do contrato, bem como seu bom estado de conservação e limpeza;

3.17.1.2. **Formação profissional requerida:** Profissional Técnico de Manutenção em sistemas de climatização (Técnico de Refrigeração, Mecânica ou Eletromecânica), com certificado de capacitação em sistemas do tipo VRF, para manter e operar o equipamento a ser mantido. Experiência mínima de 6 meses na manutenção de sistemas VRF compatíveis aos instalados nas dependências do Contratante, comprovada na carteira de trabalho, ou instrumento equivalente. A **Contratada** deverá fornecer tantos profissionais, com essa formação, quantos forem necessários ao bom atendimento do serviço objeto contrato, sendo **no mínimo 1(um) profissional e 1 (um) auxiliar**;

3.17.1.3. **Engenheiro Mecânico Supervisor** com experiência mínima de 6 meses em manutenção de sistemas tipo split e VRF equivalente aos instalados nas dependências do

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

CONTRATANTE comprovada na carteira de trabalho e/ou mediante Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA. Deverá apresentar também certificado comprovando capacitação para operar e manter equipamentos semelhantes ao objeto do presente contrato, emitido pelo fabricante ou empresa credenciada do mesmo.

**3.18. Das normas técnicas:**

**3.18.1. A execução dos serviços e os materiais empregados deverão obedecer:**

- i) Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
- ii) Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
- iii) Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial: a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão; a NBR 16401-1 – Instalações de ar-condicionado;
- iv) Às disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;
- v) Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;
- vi) Às normas técnicas específicas, se houver;
- vii) Às publicações da ASHRAE (American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers), HVAC Systems Duct Design – SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractor's National Association);
- viii) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- ix) À Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção;
- x) À Resolução CONFEA nº 425/98 (Anotação de Responsabilidade Técnica – ART);
- xi) À Resolução nº 68, de 24 e maio de 2019, Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT;
- xii) À Resolução CONAMA nº 340/03 (Dispõe sobre a utilização de cilindros para o vazamento de gases que destroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências).
- xiii) Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
  - a) NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
  - b) NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
  - c) NR-23: Proteção Contra Incêndios;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

d) NR 35: Trabalho em altura;

e) NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Sustentabilidade**

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o fornecedor deverá declarar:

4.1.1.1. Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;

4.1.1.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;

4.1.1.3. Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

4.1.2. Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente Termo, deverá a Contratada atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

4.1.2.1. Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;

4.1.2.2. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

4.1.2.3. Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da Contratante;

4.1.2.4. Os equipamentos e ferramentas utilizadas deverão possuir comprovações de eficiência energética e nível de potência sonora (selo de ruído);

4.1.2.5. Conforme detalhamento contido no item Obrigações da Contratada será exigido o atendimento às disposições da Resolução CONAMA nº 340 de 25/09/2003.

##### **4.2. Subcontratação**

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

**4.3. Garantia da contratação**

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.4. Vistoria**

4.4.1. A vistoria aos locais de execução dos serviços é facultativa, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas.

4.4.2. Serão disponibilizados datas e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, mediante agendamento, conforme locais constantes no tópico 5.3.

4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO****5.1. Condições de execução**

5.2. A data efetiva de início de execução dos serviços constará no termo de contrato, a ser assinado entre as partes, devendo ser logo após a emissão da nota de empenho e da primeira ordem de serviço - OS

**5.3. Local de prestação dos serviços**

5.3.1. Os serviços de manutenção no sistema de climatização da sede da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina serão executados no seguinte local:

5.3.1.1. **Procuradoria da República em Santa Catarina (sede)** Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, nº4876, Torres 1 e 3, agrônômica, Florianópolis/SC CEP 88025-255. Fone(48) 2107-2410;

5.3.2. Os serviços de análise da qualidade do ar serão executados nos seguintes locais

5.3.2.1. **Procuradoria da República no Município de Joinville** - PRM-JOI: Rua Min. Calógeras, 815, Anita Garibaldi, Joinville/SC, CEP 89202-008, fone 47-3441-7200;

5.3.2.2. **Procuradoria da República no Município de Blumenau** - PRM-BNU: Rua Marechal Deodoro, 100, Velha, Blumenau/SC, CEP 89.036-300, fone 47-3321- 1700;

5.3.2.3. **Procuradoria da República no Município de Itajaí** - PRM-ITJ: Av. Osvaldo Reis, 906, Bairro Fazendinha, Itajaí/SC, CEP 88306-000, fone 47-3404-5150;

5.3.2.4. **Procuradoria da República no Município de Chapecó** - PRM-CHA: Av. Porto Alegre, 427-D, 1º Andar, Centro, Chapecó, SC, CEP 89802-130, fone 49-3313-1223;

5.3.2.5. **Procuradoria da República no Município de Lages**: PRM-LAG: Av. Belizário Ramos, 3800, 5º andar, bloco B, Centro, Lages/SC, CEP 88502-100, fone 49-2101-2300;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

5.3.2.6. **Procuradoria da República no Município de Caçador:** PRM-CAÇ: Rua Conselheiro Mafra, nº 351, 2º andar Centro, Caçador/SC. CEP 89500-130. Fone:(49) 3421-2100;

5.3.2.7. **Procuradoria da República no Município de São Miguel do Oeste - PRM-SMO:** Rua Marcílio Dias, 1906, bairro Sagrado Coração, São Miguel do Oeste/SC, fone 49-3631-2700.

5.3.2.8. **Procuradoria da República em Santa Catarina (sede)** Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, nº4876,Torres 1 e 3, agrônômica, Florianópolis/SC CEP 88025-255. Fone(48) 2107-2410;

5.3.2.9. **Procuradoria da República em Criciúma -** Rua Raymundo Procópio Nunes, 40 – Pinheirinho, Criciúma/SC - CEP: 88.804-445

5.3.2.10. **Procuradoria da República em Tubarão -** Rua Tubalcaim Faraco, nº 150, 11º andar - Edifício Seven Business Center, centro - Tubarão/SC -CEP: 88.701-150.

**5.4. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:**

5.4.1.Os serviços serão prestados em dias úteis no período das **9 (nove) horas às 19 (dezenove) horas**, podendo ser realizados em outros dias e horários por solicitação do **Contratante**.

**5.5. Rotinas a serem cumpridas**

5.5.1.A execução contratual observará as rotinas descritas no tópico 3 deste instrumento.

5.5.2.Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.

**5.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.6.1.Todos os serviços prestados terão garantia de **90 (noventa) dias**, devendo a **Contratada** refazer às suas expensas qualquer defeito detectado após as manutenções preventivas e/ou corretiva dentro do período de garantia. As peças colocadas, quando fornecidas pela contratada, terão garantia de **6 (seis) meses**.

**5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7.1.Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 6.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento.
- 6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;
- 6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 6.9. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 6.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante.
- 6.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 7.1. Promover a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços no CREA em até 7 (sete) dias corridos a contar de sua assinatura, sem ônus para o Contratante.
- 7.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 7.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 7.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 7.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 7.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 7.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 7.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 7.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 7.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 7.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação;
- 7.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 7.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 7.18. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 7.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 7.20. Realizar, quando for o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames, e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos;
- 7.21. Obedecer, na execução dos serviços, às disposições da Resolução CONAMA nº 340 de 25/09/03, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das substâncias que destroem a camada de Ozônio –SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:
- 7.21.1. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes para acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402.
- 7.21.2. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizam SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução.
- 7.21.3. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
- 7.21.4. Quando a SDO recolhida for CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. **Da comunicação entre a PR/SC e a empresa CONTRATADA:**
- 8.2.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.2.2. Conforme os termos deste documento, para efeito de contratação e gestão contratual, fica eleito o correio eletrônico (e-mail) como modo de comunicação formal e principal entre a Procuradoria da República em Santa Catarina e a empresa CONTRATADA.
- 8.2.3. Para efeito da contagem dos prazos, durante toda a contratação, nos casos de notificação, de intimação ou de comunicação, o início da contagem dá-se a partir da data de envio do e-mail pela PR/SC.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 8.2.4. É de total responsabilidade da CONTRATADA manter permanentemente atualizado o e-mail de contato com a CONTRATANTE.
- 8.2.5. Além do e-mail, a empresa ficará ainda responsável por disponibilizar um número de telefone para eventuais contatos com o preposto da empresa e para os chamados de emergência.
- 8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.5. Preposto**
- 8.5.1. Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 8.5.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 8.6. Fiscalização**
- 8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.6.2. A Contratante acompanhará e fiscalizará a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 8.6.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

- 9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme aferição da qualidade da prestação dos serviços disposto neste item.
- 9.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 9.2.1. Não produzir os resultados acordados,
- 9.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 9.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 9.4. Durante os primeiros 60 (sessenta) dias de contrato, a título de carência, para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, não serão aplicadas glosas no caso de relatório apontar pontuação na faixa de glosa. A carência a que se refere o caput não será válida em caso de prorrogação contratual.
- 9.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 9.5.1. O período de apuração será mensal, coincidindo com o período de faturamento das manutenções preventivas. Os serviços sob demanda serão avaliados juntos com a manutenção preventiva posterior.
- 9.5.2. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos no IMR, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada, de acordo com as regras previstas neste instrumento, no Edital e demais anexos;
- 9.5.3. Para efeito de recebimento provisório o fiscal técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com **os indicadores previstos na tabela do apêndice II deste termo**, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado à área de gestão do Contrato;
- 9.5.4. Cabe ao fiscal setorial do contrato, até o terceiro dia útil do mês seguinte, preencher a planilha do Instrumento de Medição do Resultado, descrevendo resumidamente a ocorrência e apurando a pontuação a ser aplicada;
- 9.5.5. Contratada poderá apresentar, no prazo de 3 (três) dias úteis, justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada documentalmente a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada;
- 9.5.6. As glosas apuradas no IMR incidirão sobre o valor bruto do preço mensal acrescido dos serviços e materiais sobre demanda eventualmente realizados e consumidos;
- 9.6. Do recebimento**
- 9.6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis pela CONTRATANTE, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 9.6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.6.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

**9.7. Liquidação**

9.7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

9.7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.7.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.7.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

9.7.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**9.8. Prazo de pagamento**

9.8.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.8.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**9.9. Forma de pagamento**

9.9.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

9.9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.9.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.9.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica.

**10.1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do grupo.**

10.1.3. Indica-se adotar o modo de disputa aberto e fechado, com o valor mínimo de R\$ 2,00 (dois reais) para o intervalo dos valores entre lances.

**10.2. Regime de execução**

10.2.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

**10.3. Exigências de habilitação**

10.3.1. Para fins de habilitação o licitante deverá comprovar os requisitos abaixo, além do previsto no Edital de Licitação.

**10.4. Habilitação jurídica**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 10.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.4.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.4.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.4.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.4.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 10.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 10.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.5.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 10.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.5.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

10.5.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.5.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**10.6. Qualificação Econômico-Financeira**

10.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**10.7. Qualificação técnica**

10.7.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.7.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.7.3. Para a comprovação da qualificação técnica das licitantes, será exigido atestado de capacidade técnica que comprove a prestação dos serviços, **por período não inferior a 03 (três) anos**, conforme previsto no subitem 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, mediante a apresentação de **Atestado(s)**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter a **licitante** executado com bom desempenho em serviços similares e compatíveis com o objeto desta licitação, conforme parâmetros mínimos abaixo indicados:

10.7.3.1. **Grupo1** - Execução de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de sistemas **VRF** com as seguintes **capacidades mínimas: 125,00 TR**.

10.7.3.2. É admitida a soma de atestados, e a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação do subitem acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

10.7.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

10.7.4. Apresentar Certidão de registro de pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, expedida pelo CREA da jurisdição da licitante, devendo constar o(s) responsável(eis) técnico(s) da empresa. No caso de a licitante ter a sua sede em outro Estado e sagrar-se vencedora da licitação, deverá providenciar registro ou visto no respectivo Conselho da **circunscrição do Estado de Santa Catarina**.

10.7.5. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro (sócio, diretor, empregado ou contratado), na data prevista para entrega da proposta, **engenheiro mecânico**, devidamente cadastrado no **CREA**, detentor de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Órgão da Administração Pública ou entidade privada, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico (CATs), por execução de serviço com características semelhantes ao objeto desta licitação. Este profissional será o Responsável Técnico da empresa encarregado do acompanhamento e da coordenação dos serviços.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

10.7.6. Para a **qualificação técnica** do **Grupo 2 -Análise da qualidade do ar**, serão exigidos atestados e certidões, na forma da legislação aplicável, que demonstrem **capacitação técnico-operacional e técnico-profissional** relativas à execução do serviço objeto da presente licitação, mediante a apresentação de:

10.7.6.1. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante, dentro do prazo de validade, emitida pelo Conselho Regional de Química-CRQ, pelo Conselho Regional de Biologia - CRBIO, pelo Conselho Regional de Biomedicina ou pelo Conselho Regional de Farmácia, onde constem os seus responsáveis técnicos;

10.7.6.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto licitado por meio da apresentação de prova de experiência anterior, por meio de Atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante executado com bom desempenho em serviços similares e compatíveis com o objeto desta licitação, conforme parâmetros mínimos abaixo indicados (parcelas de maior relevância):

10.7.6.2.1. Laudo de análise de qualidade do ar que contemple, no mínimo, análise de poluição biológica do ar, CO<sub>2</sub>, Temperatura (°C), Umidade Relativa, Velocidade do Ar e de partículas em suspensão para ambientes refrigerados, **em no mínimo 8 amostras**, comprovado por um único Atestado.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa o licitante, o contratado e o fornecedor que incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, relacionadas a seguir:

11.2. **Der causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente.**

11.2.1. **Sanção:**

11.2.1.1. **Advertência**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

11.2.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 10 % (dez por cento), calculado sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, não podendo o valor da multa ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato ou de instrumento equivalente.

11.2.2. A **advertência será aplicada exclusivamente** pela infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente**, quando não couber imposição de penalidade mais grave.

11.2.2.1. Não serão consideradas como advertência as determinações do(s) fiscal(is) do contrato previstas no exercício das atribuições do Art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.2.2. A não aplicação da advertência não afasta a possibilidade de aplicação da multa de mora contratual, resultante de atraso injustificado na execução do contrato.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 11.2.3. Tratando-se de **atraso injustificado na execução de obrigação acessória**, a partir do 10º dia de mora o atraso configurará a infração administrativa de “**Der causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente**”, podendo, a depender das consequências do atraso injustificado, configurar a infração administrativa de “**Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo**”.
- 11.2.3.1. **Após o 30º dia**, mantido o atraso injustificado na execução de obrigação acessória, a contratante poderá promover a extinção unilateral do contrato por não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusula contratual.
- 11.3. **Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.**
- 11.3.1. **Sanção:**
- 11.3.1.1. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União** pelo prazo de 06 a 12 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e
- 11.3.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 15% (quinze por cento), calculado sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, não podendo a multa ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato ou de instrumento equivalente.
- 11.4. **Der causa à inexecução total do contrato ou de instrumento equivalente.**
- 11.4.1. **Sanção:**
- 11.4.1.1. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União** pelo prazo de 06 a 12 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e
- 11.4.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor total do contrato ou de instrumento equivalente.
- 11.5. **Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.**
- 11.5.1. **Sanção:**
- 11.5.1.1. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União** pelo prazo 12 a 18 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e
- 11.5.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 8% até 16%, calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.
- 11.5.2. Tratando-se de **atraso injustificado na execução de obrigação principal**, a partir do 10º dia de mora o atraso configurará a infração administrativa de **Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação**.
- 11.5.2.1. **Após o 30º dia**, mantido o atraso injustificado, **restará configurada nova infração**, de “**Dar causa à inexecução total do contrato ou de instrumento equivalente**”, com a resolução do ajuste.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

11.6. **Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou de instrumento equivalente.**

11.6.1. **Sanção:**

11.6.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo de 72 meses; e

11.6.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

11.7. **Praticar ato fraudulento na execução do contrato ou de instrumento equivalente.**

11.7.1. **Sanção:**

11.7.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo de 72 meses; e

11.7.1.2. **Multa sancionatória**, no percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

11.8. **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.**

11.8.1. **Sanção:**

11.8.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo de 72 meses; e

11.8.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

11.9. **Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

11.9.1. **Sanção:**

11.9.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo de 72 meses; e

11.9.1.2. **Multa sancionatória** no percentual 10% a 20%, calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

11.10. **Além das penalidades descritas anteriormente, poderão ser aplicadas cumulativamente as seguintes multas contratuais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 178/2023:**

11.11. **Multa moratória**, por atraso injustificado na execução contratual, tanto da obrigação principal quando das obrigações secundárias assumidas, 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, conforme previsto no edital ou no contrato, até o limite de 30% (trinta por cento);

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

**11.11.1. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente comprovado pelo contratado, a incidência das seguintes situações:**

- I. Alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- II. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- IV. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
- V. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- VI. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**11.11.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções contratuais e legais.**

- 11.11.2.1. No caso da cláusula anterior, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.

**11.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):**

- 11.12.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.12.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.12.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.12.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.12.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.13. As multas sancionatórias serão graduadas em conformidade com os critérios previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023, tendo como limite mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato ou do Instrumento equivalente.**

**11.14. A dosimetria do prazo de Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União e Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.**

**11.15. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).**

**11.16. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 11.16.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.16.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.16.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.17. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.18. Nos termos da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23, art. 3º, inciso V, “Quando não for processado em conjunto com as demais infrações, para a aplicação exclusiva da sanção de advertência ou multa sancionatória, o processo será sumário”.
- 11.19. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.20. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.22. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na **Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023**, que “*Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União*”.

## **12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 107.528,79 (cento e sete mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela apresentada no item 1.1.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

**13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na programação de custeio básico, previstos no orçamento da Procuradoria da República de Santa Catarina para o exercício de 2026.
- 13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- a) Gestão/Unidade: 200058;
  - b) Fonte de Recursos: 1000000000;
  - c) Elemento de Despesa: 33.90.39.17 manutenção e conservação de máquinas e equipamentos;
  - d) Plano Interno: MBASIC.

*(datado e assinado eletronicamente)*

**Comissão de Planejamento da Contratação**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

**Apêndice I – DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

<b>FLORIANÓPOLIS</b>		
<b>SISTEMA VRF</b>		
<b>Discriminação</b>	<b>Potência(Btus)</b>	<b>Quantidade</b>
CONDENSADORA VRF SKRV 103003 INVERTER(Q/F) MARCA KOMECO	95.500	30
CONDENSADORA VRF SKRV 143103 INVERTER(Q/F) MARCA KOMECO	136.500	1
EVAPORADORA VRF SKRH 241353 40W MARCA KOMECO	24.200	6
EVAPORADORA VRF SKRH 181103 50W MARCA KOMECO	19.100	40
EVAPORADORA VRF SKRH 181353 70W MARCA KOMECO	19.100	45
EVAPORADORA VRF SKRH 161103 50W MARCA KOMECO	15.300	39
EVAPORADORA VRF SKRH 161153 50W MARCA KOMECO	15.400	31
EVAPORADORA VRF SKRH 121153 50W MARCA KOMECO	12.300	9
EVAPORADORA VRF SKRC 181103 80W MARCA KOMECO	19.108	11
CONDENSADORA VRF RMXQ6AVL MARCA DAIKIN	48.000	2
EVAPORADORA VRF DUTO MÉDIA PRESSÃO FXMQ100AVE MARCA DAIKIN	24.000	4
TOTAL	256 TR	218
<b>SISTEMA SPLITS</b>		
<b>Discriminação</b>	<b>Potência(Btus)</b>	<b>Quantidade</b>
EVAPORADORA E CONDENSADORA ABS 18 QC 2LX MARCA KOMECO	18.000	2
EVAPORADORA E CONDENSADORA KOS 18 QC 3HX MARCA KOMECO	18.000	5
EVAPORADORA E CONDENSADORA KOS 12 FC 3HX MARCA KOMECO	12.000	4
EVAPORADORA E CONDENSADORA KOS 24 QC 3LX MARCA KOMECO	24.000	1
EVAPORADORA E CONDENSADORA KOH 22 QC IHX MARCA KOMECO	22.000	2
EVAPORADORA E CONDENSADORA PISO TETO ELGIN	24.000	3
EVAPORADORA E CONDENSADORA 42MDCA24M5 MARCA MIDEA	24.000	1
EVAPORADORA E CONDENSADORA CBN241QLA MARCA LG	24.000	2
EVAPORADORA E CONDENSADORA PHI 18 QFML MARCA PHILCO	18.000	1
TOTAL	33TR	21
<b>SISTEMA RENOVAÇÃO DE AR</b>		
<b>Discriminação</b>	<b>Potência(W)</b>	<b>Quantidade</b>
MINI GABINETE DE VENTILAÇÃO TIPO SIROCCO, DUPLA ASPIRAÇÃO, VAZÃO DE AR 865 M3/H, PRESSÃO EST. 6 MMCA, MOTOR ELETRICO 4 POLOS, 1750 RPM, ALIMENTAÇÃO TRIFÁSICA 380V	60	20

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

**APENDICE 2 -INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)**

1- Observado o Tópico 9 deste Termo de Referência, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) dar-se-á na forma a seguir disciplinada.

2- Para efeito de aplicação de glosas, serão atribuídos graus e respectivos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente conforme tabela de graduação abaixo:

Soma total dos pontos(mensal)	0 a 5 pontos	6 a 10 pontos	11 a 15 pontos	Acima de 15 pontos
Glosa (%)	0	5	7,5	10

3- A pontuação será aferida através de registros (falhas) levantados pela fiscalização do contrato e reclamações feitas pelos servidores e prestadores do órgão, após a apuração das ocorrências junto à CONTRATADA.

4 - Apurada a desconformidade na prestação dos serviços será atribuído uma pontuação conforme tabela abaixo:

item	Falhas	Un med.	Pontos
1	Deixar de executar ou executar com atraso as rotinas de manutenção preventiva ou corretiva ou análise da qualidade do ar.	Por ocorrência	5
2	Falta de cordialidade dos prestadores na execução dos serviços.	Por ocorrência	3
3	Reprovação parcial ou total na execução dos serviços previstos.	Por ocorrência	4
4	Falta de utilização do equipamento de proteção individual (por empregado).	Por ocorrência	4
5	Falta de materiais, equipamentos ou ferramentas previstas que venham a causar interrupção ou redução na qualidade dos serviços.	Por ocorrência	5
6	Deixar de atender os chamados da Contratante no prazo estipulado no item 3 deste Termo.	Por ocorrência	5





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-SC-00017240/2026 TERMO DE REFERÊNCIA nº 9-2026**

.....  
Signatário(a): **FABIO ALBERTO PEREIRA DA CUNHA**

Data e Hora: **18/03/2026 18:07:20**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **HELINTON LUIS COSTA**

Data e Hora: **18/03/2026 18:10:20**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 22fcb5e6.c8fa066c.8014b3de.d3fa6225

**Referência:** PGEA 1.33.000.000668/2026-06

## ESTUDOS PRELIMINARES

**Contratação de serviços de manutenção preventiva/preditiva e corretiva para o sistema de climatização da sede PR/SC em Florianópolis, e medição da qualidade do ar em todas as unidades do MPF-SC.**

### INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objeto a análise da viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o **Termo de Referência** para contratação, mediante pregão eletrônico de empresa especializada para o **fornecimento e serviços de manutenção preventiva/preditiva e corretiva para o sistema de climatização da sede PR/SC em Florianópolis, e medição da qualidade do ar em todas as unidades do MPF-SC**, conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD) expedido pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da PR-SC (PR-SC- 00051439/2025)

A Equipe de Planejamento da Contratação realizou estudos, reuniões e análise documental, desenvolvendo o trabalho à luz das diretrizes gerais e específicas para a elaboração dos Estudos Preliminares, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o ETP digital.

### 1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

O contrato de manutenção de ar-condicionado para Florianópolis, contrato 20/2020, teve o fim do decurso do prazo de 5 anos em 31 de dezembro de 2025, entretanto pelos motivos expostos no MEMORANDO 218/2025 - PR-SC-00058685/2025(anexo), foi prorrogado excepcionalmente por mais 6 meses até 30 de junho 2026. Assim, necessita-se de nova contratação destes serviços.

O contrato 21/2020 de análise do ar para todo o estado de Santa Catarina também teve seu término em 31 de dezembro de 2025. Apesar dos novos serviços terem sido licitados no pregão 90012/2025, o grupo restou deserto, por esse motivo terá que ser contratado novamente via certame licitatório. Sendo estes serviços de frequência semestral e tendo o último sido realizado no final de 2025, não haverá descontinuidade em sua prestação.

A manutenção dos sistemas de climatização e a análise periódica da qualidade do ar nas unidades do Ministério Público Federal (MPF) em Santa Catarina, são serviços essenciais para garantir o adequado funcionamento dos edifícios, o conforto térmico dos que lá trabalham e do público externo, bem como a preservação da saúde ocupacional.

A manutenção contínua e especializada dos sistemas de ar-condicionado assegura o seu funcionamento dentro dos parâmetros estabelecidos de eficiência energética e desempenho. A falta de manutenção adequada pode resultar em aumento do consumo energético, falhas operacionais e até mesmo a perda de componentes cruciais, o que pode acarretar despesas não planejadas e interrupções nas atividades institucionais.

O adequado controle da qualidade do ar interior é fundamental para prevenir doenças relacionadas à Síndrome do Edifício Doente, especialmente em ambientes de uso contínuo e com grande circulação de pessoas. A renovação dos contratos de análise da qualidade do ar permite a detecção de contaminantes como fungos, bactérias e poluentes que podem comprometer a saúde dos ocupantes dos edifícios. Tal medida visa mitigar riscos à saúde e promover um ambiente de trabalho salubre.

Trata-se, portanto, da conservação do patrimônio do MPF já que a manutenção aumenta a vida útil dos aparelhos, bem como da garantia do conforto térmico e da qualidade do ar para todos os usuários das sedes do MPF Catarinense, requisitos fundamentais para que as atividades laborativas possam ser exercidas independentemente do clima externo.

## **2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A presente aquisição tem base no ano de 2025 e está alinhada com o Plano de Contratações anual da Procuradoria da República para aquele ano, estando aprovadas as etiquetas PRSC-D0006/2024 e PRSC-D0016/24

### **ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Esta contratação está em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público Federal para o ciclo de 2024 a 2027. Tal planejamento

foi instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024, que norteia as ações de gestão da instituição. É aplicável o objetivo estratégico:

**OE 7 (Pessoas e Recursos): Incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável.** A manutenção dos sistemas de climatização e a análise periódica da qualidade do ar nas unidades do Ministério Público Federal (MPF) em Santa Catarina, são serviços essenciais para garantir o adequado funcionamento dos edifícios, o conforto térmico dos que lá trabalham e do público externo, bem como a preservação da saúde ocupacional. Os Critérios de previstos, como de manuseamento de SDO's (substâncias que destroem a camada de ozônio), e uso de materiais e insumos recicláveis, atóxicos e biodegradáveis, e outros asseguram sustentabilidade da contratação.

### 3 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

#### 3.1 Requisitos da contratação

##### 3.1.1 Natureza da contratação

O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de engenharia**, execução indireta, de natureza continuada<sup>1</sup>, sem dedicação exclusiva de mão de obra, que obedece padrões de desempenho e qualidade, com especificações usuais no mercado e características objetivamente definidas, e conforme definição contida no alínea "a" do inciso XXI do **caput** do art. 6º da Lei 14.133/21, **sendo aplicável, portanto, a licitação na modalidade Pregão** conforme caput e parágrafo único do art. 29 desta lei.

##### 3.1.2 Engenheiro mecânico como responsável técnico

Embora a legislação vigente, em especial a Lei nº 13.589/2018 (que dispõe sobre o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC) e a Resolução CFT nº 68/2019, permita que técnicos industriais atuem como responsáveis técnicos por empresas que executam serviços de manutenção de sistemas de climatização, entende-se que, para a presente contratação, é tecnicamente justificável exigir que o supervisor técnico da contratada seja engenheiro mecânico regularmente registrado no CREA, com acervo técnico compatível com serviços de manutenção e operação de sistemas de climatização.

---

<sup>1</sup> INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018. Dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal. Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada: XXXIII. Manutenção de sistema de ar condicionado;

Tal exigência decorre das características específicas, da idade e do grau de complexidade do sistema de climatização instalado na sede da Procuradoria da República em Santa Catarina, bem como do histórico operacional do sistema.

O sistema VRF instalado na unidade da Capital possui arquitetura complexa e alto nível de integração entre equipamentos, envolvendo , compressores, válvulas de expansão, trocadores de calor, sistemas de controle e automação, além de componentes sujeitos a pressões elevadas e a fenômenos termodinâmicos que exigem análise técnica aprofundada. Desde o início de sua operação, o sistema apresentou problemas de instalação e falhas de funcionamento, que demandaram avaliações técnicas mais sofisticadas e a implementação de soluções específicas de maior complexidade, muitas vezes envolvendo contato direto com a engenharia do fabricante.

A adequada análise e solução dessas ocorrências requerem domínio de conceitos avançados de engenharia, tais como termodinâmica aplicada, propriedades dos fluidos refrigerantes, análise de entalpia e entropia, comportamento de gases, funcionamento de compressores, válvulas e vasos de pressão, além da correta interpretação de diagramas psicrométricos e parâmetros operacionais do sistema. Essas atividades extrapolam rotinas estritamente operacionais de manutenção e frequentemente demandam capacidade de diagnóstico sistêmico e tomada de decisão técnica baseada em fundamentos de engenharia.

Adicionalmente, a presença de um engenheiro mecânico como supervisor técnico, com experiência comprovada por meio de acervo técnico registrado no CREA, proporciona maior segurança técnica à Administração, garantindo que eventuais intervenções mais complexas no sistema sejam conduzidas por profissional com formação acadêmica compatível, responsabilidade técnica formal e experiência comprovada em sistemas de climatização de porte semelhante.

Ressalta-se ainda que a exigência não tem caráter restritivo indevido, pois se limita à função de supervisão técnica do contrato, não impedindo que a empresa utilize técnicos e mecânicos de refrigeração para execução das atividades rotineiras de manutenção. Busca-se, com isso, assegurar que o contrato conte com nível adequado de suporte técnico especializado, proporcional à complexidade do sistema existente e à criticidade do funcionamento contínuo da climatização para as atividades institucionais da unidade.

Dessa forma, a exigência de engenheiro mecânico como supervisor técnico da contratada, com acervo técnico compatível, mostra-se tecnicamente justificada, proporcional e alinhada ao interesse público, contribuindo para a adequada manutenção, operação e confiabilidade do sistema de climatização da instituição.

### 3.1.3 Critérios de Sustentabilidade

No que pertine aos critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados na especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, impõe-se observar o que preconiza o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF:

*O planejamento consiste em etapa anterior à elaboração do próprio termo de referência, em que a Administração realizará estudos acerca do objeto que será contratado, sob os seguintes aspectos:*

- a. verificação da real necessidade da Administração, devendo decidir se a contratação deve prosseguir por configurar-se na melhor opção ou se há alternativas que a atenderão mais adequadamente à luz dos princípios da Administração Pública;*
- b. características do objeto, devendo ser verificado se houve mudança de tecnologia;*
- c. forma de funcionamento do mercado fornecedor, abrangendo política de garantia e de distribuição dos bens ou prestação dos serviços e outros aspectos de logística;*
- d. possibilidade de a licitação ser realizada de forma compartilhada (sistema de registro de preços); e*
- e. abrangência da contratação em termos geográficos, se for possível a contratação compartilhada.*

*Nessa fase é que serão verificados quais aspectos de sustentabilidade serão empregados em função do objeto escolhido, como resposta à demanda da Administração.*

*(...)*

#### *6. Diretrizes*

*Nas contratações de bens e serviços comuns, é fundamental que a licitação seja processada sob a modalidade de pregão, na forma eletrônica e, sempre que possível, recomenda-se a realização do Sistema de Registro de Preços.*

*(...)*

Alinhando-se aos aspectos acima entabulados, verifica-se que a contratação em tela é absolutamente necessária, propondo-se a adoção das práticas sustentáveis já previstas nos normativos do MPF, em especial no sobredito Guia de contratações sustentáveis.

Os critérios de sustentabilidade serão abordados no Termo de Referência em capítulo próprio, com indicação das perspectivas econômica, ambiental e social, conforme previsão a seguir.

#### **3.1.3.1 Perspectiva ambiental**

A perspectiva ambiental tem como escopo a preservação do meio ambiente. Prioriza-se, aqui, reduzir, reciclar e reutilizar recursos utilizados pelas diferentes unidades administrativas. Serão exigidos os seguintes critérios:

*a. previsão do uso de bens, materiais ou insumos reciclados, recicláveis atóxicos e biodegradáveis ou com fornecimento de algum destes itens;*

*b. exigência de utilização de equipamentos com comprovação de nível de potência sonora (selo de ruído);*

*c exigência de atendimento às disposições da Resolução CONAMA nº 340 de 25/09/03, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das substâncias que destroem a camada de Ozônio –SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs e triclouroetano).*

*A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente*

#### **3.1.3.2 Perspectiva Social**

A perspectiva social tem o objetivo de implementar ações afirmativas, com valorização da mão de obra local, sempre atendendo a padrões de qualidade devidamente comprovados. Serão adotados os seguintes critérios:

a) exigência de comprovação de regularidade social;

b) exigência de fornecimento de equipamentos de segurança conforme Norma Regulamentadora nº 6 do MTE (EPI).

#### **3.1.3.3 Perspectiva Econômica**

Em que pese os valores estimados para a contratação previstos no item 6 destes estudos para a **análise da qualidade do ar**, o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito dos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano não será aplicado pelos motivos abaixo:

No exercício anterior, a Administração promoveu procedimento licitatório com fundamento no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, restringindo a participação exclusivamente a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), por se tratar de contratação com valor estimado inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) anuais.

Entretanto, o certame restou **deserto** para o grupo da análise da qualidade do ar, não tendo sido apresentadas propostas válidas aptas à adjudicação, circunstância que comprometeu a efetivação da contratação.

O tratamento favorecido às ME/EPP, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, constitui instrumento de política pública de incentivo ao desenvolvimento econômico, mas **não possui caráter absoluto**, devendo ser interpretado em consonância com os princípios que regem as contratações públicas, notadamente:

- isonomia;
- competitividade;
- seleção da proposta mais vantajosa;
- eficiência;
- interesse público.

O próprio art. 49, I e II da LC nº 123/2006 prevê casos quando a aplicação do tratamento diferenciado pode ser afastada de modo a preservar ao interesse público.

No caso concreto, a experiência administrativa demonstrou que a restrição à participação exclusiva de ME/EPP **reduziu a competitividade a ponto de inviabilizar o certame**, culminando em sua deserção.

Assim, a repetição da mesma modelagem restritiva tende a reproduzir o insucesso anterior, o que afrontaria o princípio da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal) e o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços públicos.

É de conhecimento do mercado que os serviços de análise da qualidade do ar interior são frequentemente prestados por **empresas de médio e grande porte com atuação nacional**, detentoras de laboratórios acreditados, estrutura técnica especializada e capacidade logística para atendimento simultâneo em múltiplas unidades, como é o caso do MPF/SC, onde, também, a distância entre as unidades é significativa.



Na licitação anterior, tais empresas ficaram impedidas de participar exclusivamente por não se enquadrarem como ME ou EPP, embora possuam expertise consolidada e ampla atuação junto a órgãos públicos federais.

A abertura do certame à participação ampla:

- amplia o universo de competidores;
- reduz o risco de novo fracasso/deserção;
- favorece a obtenção de propostas economicamente mais vantajosas;
- assegura maior robustez técnica na execução contratual.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que o tratamento favorecido às ME/EPP **não pode comprometer a competitividade nem resultar em prejuízo ao interesse público.**

O TCU já assentou que a aplicação do tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas deve ser compatibilizada com os princípios da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, não sendo admissível quando comprovadamente restringir a competitividade ou inviabilizar o certame.

Em diversos precedentes, o Tribunal consignou que a Administração pode deixar de aplicar a exclusividade quando demonstrado que a medida:

- compromete a obtenção da proposta mais vantajosa;
- frustra a competição;
- ou revela-se inadequada ao caso concreto.

A doutrina especializada igualmente ressalta que o tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006 deve ser interpretado de forma sistemática, não podendo se sobrepor aos princípios estruturantes do regime licitatório. Autores como Marçal Justen Filho e Jessé Torres Pereira Junior destacam que o favorecimento às ME/EPP não pode gerar distorções que inviabilizem a contratação ou sacrifiquem o interesse público primário (artigo da revista do TCU anexo).

Deste modo, **justifica-se tecnicamente e juridicamente que o novo procedimento licitatório não seja realizado de forma exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte para o grupo de análise da qualidade do ar**, afastando-se, de maneira motivada e fundamentada, a aplicação do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, em observância aos princípios da eficiência, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Tal medida busca assegurar maior participação de licitantes, evitar novo fracasso do certame e garantir a adequada prestação do serviço essencial à saúde ocupacional dos servidores e colaboradores das unidades da Procuradoria da República em Santa Catarina.

### **3.1.4 Atestado de capacidade técnica**

Baseado no parágrafo 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021 será exigido atestado de capacidade técnica para verificar a aptidão da empresa no fornecimento dos serviços a serem contratados, sem, entretanto, frustrar o caráter competitivo do certame.

### **3.1.5 Vistoria**

Será facultada a vistoria nos futuros locais de prestação dos serviços para conhecimento e melhor dimensionamento da proposta por parte das licitantes.

### **3.1.6 Subcontratação**

Não haverá possibilidade de subcontratação total ou parcial do objeto.

## **4 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

A contratação seguirá os parâmetros técnicos do contrato 20/2020, sendo previstos serviços mensais continuados para manutenção do sistema VRF e splits hi-wall e piso-teto e trimestral para sistema de renovação de ar, e sob demanda para realocação de evaporadora VRF e carga de gás. Nesta contratação será incluída a instalação e desinstalação de splits já que verificou-se a necessidade da inclusão de tais serviços na capital. Também foi incluído o kit de instalação composto por tubulação de cobre, isolamentos, fios e suportes necessários para a instalação dos splits.

A quantidade de realocação de evaporadoras VRF tem por base as necessidades já incorridas em decorrência de mudanças de layout das salas em anos anteriores. A quantidade de desinstalações e instalações de splits corresponde a 30% do total de aparelhos que porventura necessitem ser remanejados ou substituídos. A quantidade de gás estimada tem por base experiências passadas na sede da PR/SC.

Assim, já organizando as quantidades num grupo conforme se justificará no item 8, as quantidades para 12 meses serão as seguintes:

Grupo 1 Manutenção do sistema de climatização sede Procuradoria da República

item	Descrição	Un med.	Qtd anual	Periodicidade
Serviços continuados				
1	Manutenção preventiva e corretiva de SISTEMA VRF – constituído de 33 condensadoras e 185 evaporadoras, com elaboração de PMOC	sistema	12	mensal
2	Manutenção preventiva e corretiva de AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL(18 unidades) e PISO-TETO (3 unidades) de 12.000 btu/h até 24.000 btu/h – Total de 21 aparelhos	un	252	mensal
3	Manutenção de sistema de RENOVAÇÃO DE AR - 20 aparelhos	un	80	trimestral
Serviços sob demanda				
4	Realocação de unidade evaporadora VRF até 2 m	un	2	---
5	Realocação de unidade evaporadora VRF até 10 m	un	2	
6	Desinstalação de split parede ou piso teto	un	6	---
7	Instalação de split parede ou piso teto	un	6	---
8	Kit instalação	m	50	
Insumos				
9	Carga de gás R410	kg	50	---

No que tange à qualidade do ar, a NBR 17037 de abril de 2023, cuja última versão corrigida é de outubro de 2024, substituiu a Resolução Anvisa 09/203 e estabeleceu novos parâmetros para análise entre outras medidas.

Entretanto o nº de amostras de ar interior a serem coletadas tomando por base a área construída climatizada dentro de uma mesma edificação permaneceu o mesmo, assim como a frequência das medições continuou semestral.

Assim sendo, a tabela abaixo demonstra a quantidade de medições anuais a serem contratadas em cada unidade.

## Grupo 2 -análise da qualidade do ar

LOCAL	UN MEDIDA	QUANT. ANUAL	PERIODICIDADE
Florianópolis	Ponto de medição	16	Semestral
Joinville	Ponto de medição	10	Semestral
Blumenau	Ponto de medição	10	Semestral
Itajai	Ponto de medição	10	Semestral
Criciúma	Ponto de medição	6	Semestral
Tubarão	Ponto de medição	2	Semestral
Chapecó	Ponto de medição	2	Semestral
Lages	Ponto de medição	2	Semestral
Caçador	Ponto de medição	2	Semestral
São Miguel do Oeste	Ponto de medição	2	Semestral
	Total	62	

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E CONTRATAÇÕES ANTERIORES

Pode-se dividir as contratações de manutenção de ar-condicionado em 2 tipos:  
1 - Manutenção sem reposição de peças, ou 2 - Manutenção com reposição de peças.

No primeiro tipo, os contratos não preveem as peças a serem substituídas dentro do preço previamente contratado, sendo elas adquiridas por outros mecanismos, como, compras fora do contrato por dispensa de licitação entre outros.

Nos contratos com reposição de peças, seus preços estão discriminados nos custos sob demanda ou embutido num valor total, sendo a contratada obrigada a fornecer qualquer peça que vier a falhar.

Na PR/SC, até o momento, contratou-se manutenção de ar-condicionado sempre sem reposição de peças, prevendo a compra por ressarcimento (contratos anteriores), comprando da contratada quando esta fornece o menor preço da pesquisa feita

pelo fiscal do contrato (modelo atual), por dispensa de licitação, ou por suprimento de fundos quando caracterizada o caráter emergencial da aquisição e baixo custo.

Tem-se observado na PR/SC que geralmente a contratada não oferece o menor preço na pesquisa, o que leva a aquisição da peça ser feita por dispensa de licitação, ou suprimento de fundos quando seus pré-requisitos são preenchidos. Com o advento da nova lei de contratações, a Lei 14133/21 o processo de aquisição por dispensa ficou mais moroso, sendo parecido com o de um pregão o que contrasta com a celeridade que a compra para repor um aparelho de ar-condicionado operante novamente necessita, principalmente nos meses mais quentes ou mais frios para as unidades que utilizam os modelos Quente e frio.

Assim, percebe-se a necessidade de uma contratação na qual as peças de reposição e eventuais materiais complementares sejam adquiridos com mais rapidez. Após pesquisa no mercado deliberou-se que o melhor modelo a adotar na nova contratação seria semelhante ao atualmente em uso no contrato de manutenção do sistema de ar-condicionado da PGR. Neste modelo as peças foram divididas em 2 grupos. Os materiais para reposições e adaptações que *“São aqueles utilizados com elevada frequência nos serviços de manutenção, que possuem previsibilidade para estimativa do seu consumo anual e que têm seus valores e quantidades estimadas para fornecimento registrados”* e os materiais de fornecimento eventual com pagamento mediante ressarcimento que *“São os demais materiais que não se enquadram nas categorias de materiais para consumo ou materiais para reposições ou adaptações. Nessa categoria enquadram-se materiais como aqueles de uso eventual, materiais de uso imprevisível ou urgente, ou ainda, materiais que podem causar a interrupção de serviços, máquinas e equipamentos”*.

Devido à enorme dificuldade na aquisição de peças originais em função da idade do sistema VRF da PRSC e ao histórico (anexo) que demonstra que a maioria dos materiais necessários nos últimos anos são insumos de baixo custo, não foi possível estabelecer uma lista confiável de materiais de reposição e adaptações para esta contratação. Ressalte-se que as peças mais caras como compressor foram objeto de compras em separado e estão no estoque da PRSC.

Assim, a presente contratação seguirá o modelo semelhante ao da PGR, onde as peças eventualmente necessárias serão pagas por ressarcimento. A empresa será ressarcida pelo menor valor da pesquisa de preços, sendo aplicado um BDI sobre sua nota de venda conforme será detalhado no Termo de referência.

Cabe informar que este modelo de ressarcimento é uma evolução de modelos já adotados anteriormente pela instituição. Antes, em contratos anteriores o valor de uma peça comprada pela empresa de manutenção era simplesmente ressarcido pela contratante e não havia retenção de tributos. Isto causava também um problema para as empresas, pois contabilmente a peça entrava para o estoque da empresa e não era baixada pois não havia emissão de nota de venda. Após o Parecer Seori/Audin-MPU nº 152/2020(anexo), esta metodologia foi modificada. A solução de Consulta Cosit nº 317-2019 emitida pela Receita

Federal do Brasil esclareceu que o ressarcimento configura uma operação de compra e venda que deve gerar nota fiscal onde os tributos destacados são retidos pelo contratante.

O Parecer nº 9/2021/ASSAD (anexo) emitido pela Secretaria de Administração da PGR após consulta da SEA/PGR também ratifica o entendimento do parecer da Audin citado acima para ressarcimentos de despesas com peças nos contratos de manutenção predial.

Quanto ao modelo de contratação pensou-se, inicialmente, em adotar, para a sede da PR/SC, o mesmo utilizado nas Procuradorias do interior, onde as manutenções preventivas são continuadas e as corretivas sob demanda, sendo aberto um chamado para cada problema específico. Entretanto devido ao fato do VRF presente na capital ser um sistema de médio porte interconectado, onde uma condensadora (unidade externa) atende a várias unidades evaporadoras (externas), isto não faria sentido uma vez que um problema numa condensadora pode afetar várias unidades evaporadoras, e há vários elementos compartilhados pelo sistema como tubulação de gás, cabos de sinal, entre outros.

Assim, a contratação seguirá o modelo atual, que vem funcionando satisfatoriamente, onde o valor pago inclui as manutenções preventivas mensais para todos os equipamentos e quantas manutenções corretivas forem necessárias para repor o sistema em perfeito funcionamento.

A contratação da Análise da qualidade do ar seguirá o mesmo modelo dos anos anteriores, pois não há variação no modelo deste tipo de contrato.

#### CONTRATAÇÕES ANTERIORES

O atual contrato 20/2020 de manutenção de ar-condicionado para a capital é o terceiro contrato desde a compra do edifício sede com o sistema de climatização VRF e de splits incluído. A forma de contratação, conforme mencionada acima, onde o valor pago inclui as manutenções preventivas mensais para todos os equipamentos e quantas manutenções corretivas forem necessárias tem se mostrado eficiente e vantajosa e será mantida nesta licitação.

Até o ano 2020 eram feitos registros de preços anuais para manutenção de ar condicionado nas PRMs. A partir deste ano foi feito novo pregão contemplando serviços continuados de manutenção preventiva e serviços sob demanda de manutenção corretiva, instalação e desinstalação de splits e carga de gás, gerando os contratos de manutenção para todas as unidades do MPF em Santa Catarina e de análise da qualidade do ar, demonstrando a experiência da Divisão de Engenharia e Arquitetura neste tipo de contratação.

Pode-se dizer que todos esses contratos atenderam e estão atendendo as necessidades de forma satisfatória, com problemas pontuais.

#### NOVAS METODOLOGIAS

Não foram localizadas novas metodologias para serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado na pesquisa de mercado realizada no PNCP, banco de preços e fornecedores.

Nos serviços de análise da qualidade do ar houve mudança nos referenciais de medição e outros itens devido á revogação da norma anterior sobre o assunto, a Resolução Anvisa nº09/2003 que foi substituída pela NBR 17037/2023, sendo que as mudanças serão observadas nesta contratação.

Como novidade para este objeto na PR/SC, será adotada a metodologia de IMR (instrumento de medição de resultados) para avaliação da execução desta contratação.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Utilizando-se os valores atuais dos contratos 20/2020 e 3/2025, manutenção de ar condicionado e 21/2021, análise da qualidade do ar, pode-se estimar os valores conforme as tabelas abaixo:

### Grupo 1 Procuradorias da República em Santa Catarina

item	Descrição	Un med.	Qtd anual	Periodicidade de	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
Serviços continuados (manutenção preventiva)						
1	Manutenção preventiva e corretiva de SISTEMA VRF – constituído de 33 condensadoras e 185 evaporadoras, com elaboração de PMOC	sistema	12	mensal	5.379,58	64.554,96
2	Manutenção preventiva e corretiva de AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL(18 unidades) e PISO-TETO (3 unidades) de 12.000 btu/h até 24.000 btu/h – Total de 21 aparelhos	un	252	mensal	32,03	8.071,56
3	Manutenção de sistema de RENOVAÇÃO DE AR - 20 aparelhos	un	80	trimestral	33,59	2.687,20
Serviços sob demanda						

4	Realocação de unidade evaporadora VRF até 2 m	un	2	---	671,11	1.342,22
5	Realocação de unidade evaporadora VRF até 10 m	un	2	---	806,92	1.613,84
6	Desinstalação de split parede ou piso teto	un	6	---	100,00	600,00
7	Instalação de split parede ou piso teto	un	6	---	420,00	2.520,00
8	Kit instalação	m	50	---	100*	5.000,00
Insumos						
9	Carga de gás R410	kg	50	---	83,89	4.194,50
				TOTAL ANUAL		90.584,28

\*Composição Sinapi

## Grupo 2 Análise da qualidade do ar

LOCAL	UN MEDIDA	QUANT. ANUAL	PERIODICIDADE	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
Florianópolis	Ponto de medição	16	Semestral	160,93	2.574,88
Joinville	Ponto de medição	10	Semestral	193,11	1.931,10
Blumenau	Ponto de medição	10	Semestral	144,83	1.448,30
Itajai	Ponto de medição	10	Semestral	270,36	2.703,60
Criciúma	Ponto de medição	6	Semestral	330,36	1.982,16
Tubarão	Ponto de medição	2	Semestral	304,68	609,36



Chapecó	Ponto de medição	2	Semestral	331,52	663,04
Lages	Ponto de medição	2	Semestral	331,52	663,04
Caçador	Ponto de medição	2	Semestral	331,52	663,04
São Miguel do Oeste	Ponto de medição	2	Semestral	331,52	663,04
TOTAL ANUAL				13.901,56	

TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 104.485,84
---

## 7.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução como um todo contendo a especificação das rotinas de manutenção preventiva a serem realizadas pela futura contratada, assim como a especificação dos serviços de manutenção corretiva, realocação de evaporadoras VRF ,de instalação e desinstalação de splits, e carga de gás e também os parâmetros da análise da qualidade do ar estarão detalhados no termo de referência da contratação.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Optou-se pelo agrupamento dos itens de manutenção de ar condicionado contemplando os serviços de manutenção preventiva e corretiva, realocação de evaporadoras VRF, instalação e desinstalação de equipamentos split e fornecimento de insumos para o sistema de climatização instalado na sede da Procuradoria da República em Santa Catarina em Florianópolis.

Esse agrupamento decorre da natureza integrada dos serviços de manutenção de sistemas de climatização, os quais envolvem atividades interdependentes e frequentemente executadas de forma concomitante. Assim, a execução dessas atividades

por uma única empresa contratada contribui para maior eficiência na gestão contratual, melhor planejamento das intervenções técnicas e maior agilidade na solução de eventuais falhas, evitando a necessidade de múltiplos acionamentos contratuais ou a coordenação simultânea entre diferentes prestadores de serviço.

Além disso, a contratação integrada **favorece a responsabilização técnica da contratada sobre o desempenho e o funcionamento dos equipamentos**, uma vez que a mesma empresa executará tanto as manutenções preventivas quanto as corretivas, bem como o fornecimento dos insumos necessários. Dessa forma, garante-se maior controle sobre a qualidade dos serviços prestados e sobre a durabilidade dos equipamentos atendidos.

Sob o aspecto da **garantia e da responsabilidade técnica**, a eventual divisão do objeto em contratos distintos poderia gerar situações de difícil apuração de responsabilidades. Caso empresas diferentes atuassem sobre os mesmos equipamentos – por exemplo, uma responsável pela manutenção preventiva, outra pela corretiva e outra pelo fornecimento de insumos – poderia ocorrer dificuldade na identificação da origem de eventuais falhas ou defeitos, abrindo margem para disputas de responsabilidade entre contratadas, o que é comumente denominado de “jogo de empurra”. Tal situação poderia resultar em atrasos na solução de problemas, prejuízos à continuidade do funcionamento dos sistemas de climatização e aumento da complexidade da fiscalização contratual.

Também deve ser considerado que os serviços abrangem **equipamentos de diferentes tecnologias e capacidades**, incluindo sistemas do tipo split, tipo parede, piso-teto, e sistema VRF, cuja manutenção exige conhecimento técnico específico e acompanhamento contínuo das condições de operação. A centralização desses serviços em um único contrato facilita a padronização de procedimentos técnicos, relatórios de manutenção e rotinas de acompanhamento por parte da fiscalização do contrato.

Conforme o Acórdão 5260/2011 TCU – Primeira Câmara, corroborado no Acórdão 861/2013-Plenário, TCU 006.719/2013-9, é lícito o agrupamento em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si.

No tocante aos serviços de análise da qualidade do ar, considerando as características do objeto a ser contratado, entende-se que **o parcelamento da solução não seria mais vantajoso**, devendo a contratação ocorrer por **grupo único de itens**, abrangendo todas as unidades da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.

A execução dos serviços de análise da qualidade do ar interior apresenta **baixo quantitativo de medições por unidade e valor individual reduzido por item**, o que

diminui a atratividade econômica caso haja fracionamento da contratação entre diferentes fornecedores. Nessas condições, a divisão do objeto poderia resultar em **aumento de custos administrativos e operacionais**, bem como em **redução do interesse de empresas especializadas**, prejudicando a competitividade do certame.

Adicionalmente, as unidades da Procuradoria da República estão **geograficamente distribuídas em diversas cidades do Estado**, muitas vezes separadas por grandes distâncias. A execução dos serviços por uma única empresa possibilita a **otimização logística**, permitindo que o contratado organize um **roteiro técnico de deslocamento entre as unidades**, realizando as coletas e medições em sequência durante uma mesma viagem. Tal estratégia reduz custos de mobilização, deslocamento de equipe e transporte de equipamentos específicos de medição.

Caso houvesse parcelamento do objeto, com contratação de empresas distintas para diferentes unidades ou itens, seria provável a ocorrência de **deslocamentos independentes para cada contrato**, gerando **custos logísticos maiores, perda de eficiência operacional e possível elevação dos preços ofertados**, além de dificultar o acompanhamento contratual e a padronização dos procedimentos técnicos adotados nas medições.

Dessa forma, a contratação em **lote único** mostra-se mais **eficiente sob os aspectos técnico, econômico e administrativo**, garantindo maior racionalidade na execução dos serviços, melhor planejamento logístico e maior uniformidade metodológica na realização das análises da qualidade do ar em todas as unidades da Procuradoria da República em Santa Catarina.

## 9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o já relatado nestes estudos, pretende-se que a contratação provenha uma adequada manutenção no sistema de climatização da sede da Procuradoria da República em Santa Catarina, mantendo a operacionalidade e limpeza dos equipamentos, com o mínimo de tempo parado, de forma a manter as condições de temperatura, umidade conforme as normas, garantindo um adequado ambiente para todos que lá laboram.

Também espera-se que os serviços de análise da qualidade do ar apontem, quando for o caso, quais são os contaminantes, e que tipos de problemas estão ocorrendo de modo a serem solucionados pelas empresas que prestam serviços manutenção no sistema de ar condicionado das unidades.

## 10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não se verificam necessidades de adequação do órgão para a presente contratação, uma vez que será continuação das anteriores.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Conforme mencionado no item 9 acima o serviço de análise da qualidade do ar é correlato aos de manutenção de ar condicionado em todas as unidades. Caso se descubra algum contaminante no ar, as empresas de manutenção deverão tomar medidas adicionais de limpeza nos aparelhos e até ajustar o PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle) para sanar o problema.

## 12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

O maior risco ambiental para este tipo de contratação está na possibilidade de despejo de óleos, gases refrigerantes e outros rejeitos no meio ambiente durante os procedimentos de manutenção, sejam preventivas ou corretivas. A fiscalização deverá atuar verificando todas as etapas, principalmente quando houver o manejo de gases refrigerantes.

## 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Pelo exposto, considerando os aspectos técnico, operacional e orçamentário, bem como o alinhamento completo da solução proposta com o problema a ser resolvido, esta equipe de planejamento se posiciona de forma conclusiva pela **viabilidade, razoabilidade e oportunidade** da presente contratação.

Florianópolis, 18 de março de 2026.

(assinatura eletrônica)

Equipe de Planejamento da Contratação



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-SC-00017207/2026 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 4-2026**

.....  
Signatário(a): **FABIO ALBERTO PEREIRA DA CUNHA**

Data e Hora: **18/03/2026 17:33:06**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **HELINTON LUIS COSTA**

Data e Hora: **18/03/2026 17:36:19**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave f91b3fd8.8d697556.2792a09f.8a2bf208



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90002/2026**  
**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA FINAL**

À Procuradoria da República em Santa Catarina – PR/SC

Proposta referente ao PREGÃO nº 90002/2026.

**1 PROPOSTA**

**GRUPO 1 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM FLORIANÓPOLIS**

Item	Descrição	Unidade Medida	Quantidade Anual	Periodicidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>Serviços continuados (manutenção preventiva e corretiva)</b>						
1	Manutenção preventiva e corretiva de SISTEMA VRF – constituído de 33 condensadoras e 185 evaporadoras, com elaboração de PMOC	Sistema	12	Mensal		
2	Manutenção preventiva e corretiva de AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL(18 unidades) e PISO-TETO (3 unidades) de 12.000 btu/h até 24.000 btu/h – Total de 21 aparelhos	Unidade	252	Mensal		
3	Manutenção preventiva e corretiva de sistema de RENOVAÇÃO DE AR - 20 aparelhos	Unidade	80	Trimestral		
<b>Serviços sob demanda</b>						
4	Realocação de unidade evaporadora VRF até 2 m	Unidade	2	-		
5	Realocação de unidade evaporadora VRF até 10 m	Unidade	2	-		
6	Desinstalação de split de parede ou piso teto	Unidade	6	-		
7	Instalação de split de parede ou piso teto	Unidade	6	-		
8	Kit instalação para split	Unidade	50	-		
<b>Insumos</b>						
9	Carga de gás R410	Kg	50	-		
<b>Total Grupo 1</b>						

**GRUPO 2 ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR PARA PROCURADORIAS EM FLORIANÓPOLIS, CRICIÚMA, TUBARÃO, JOINVILLE, BLUMENAU, ITAJAI, CHAPECÓ, LAGES, CAÇADOR E SÃO MIGUEL DO OESTE**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade Anual</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
10	Florianópolis / Análise de ar -Poluição Biológica (8); CO2 (8); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (8); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (8).	Ponto de medição	16	Semestral		
11	Criciúma / Análise de ar -Poluição Biológica (3); CO2 (3); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (3); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (3).	Ponto de medição	6	Semestral		
12	Tubarão / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).	Ponto de medição	2	Semestral		
13	Joinville Análise de ar -Poluição Biológica (5); CO2 (5); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (5); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (5).	Ponto de medição	10	Semestral		
14	Blumenau / Análise de ar -Poluição Biológica (5); CO2 (5); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (5); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (5).	Ponto de medição	10	Semestral		
15	Itajaí / Análise de ar -Poluição Biológica (5); CO2 (5); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (5); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (5).	Ponto de medição	10	Semestral		
16	Chapecó / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).	Ponto de medição	2	Semestral		
17	Lages / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).	Ponto de medição	2	Semestral		
18	Caçador / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).	Ponto de medição	2	Semestral		
19	São Miguel do Oeste/ Análise de ar - Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).	Ponto de medição	2	Semestral		
<b>Total Grupo 2</b>						



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 1.1 **VALOR GLOBAL:** R\$ \_\_\_\_\_,\_\_\_\_
- 1.2 **VALIDADE:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2026 (mínimo 60 DIAS)

**2 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES A PROPOSTA**

- 2.1 Esta proposta é acompanhada da seguinte documentação complementar:
- 2.1.1 Declaração de Regularidade – CNMP Nº 37/2009
- 2.1.2 Declaração de Regularidade Social
- 2.1.3 Declaração por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento Como EPP

**3 DECLARAÇÕES**

- 3.1 Declaramos que examinamos e tomamos conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital deste Pregão e nos seus anexos, bem como verificamos todas as especificações neles contidas, não havendo nenhuma discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.
- 3.2 Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**4 DADOS DO PROPONENTE**

<b>Empresa:</b>		
<b>CNPJ:</b>	<b>Optante Pelo Simples:</b> ( ) Sim ( ) Não	
<b>Representante da Empresa:</b>		
<b>Endereço:</b>		
<b>Cidade:</b>	<b>Estado:</b>	<b>CEP:</b>
<b>Telefone:</b>	<b>E-Mail:</b>	
<b>Banco (Nome e Código):</b>		
<b>Conta Corrente:</b>	<b>Agência (Código):</b>	<b>Praça:</b>

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**Nome do Responsável/Assinatura/cargo**





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA  
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

---

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90002/2026– PR/SC  
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

**IDENTIFICAÇÃO**

**NOME EMPRESA:**

**CNPJ:**

**NOME DECLARANTE:**

**CPF:**

**CARGO:**

**DECLARO**, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que:

( ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor:

Cargo:

Órgão de Lotação:

Grau de Parentesco:

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**Nome do Responsável/Assinatura**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

**PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90002/2026 – PR/SC**  
**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL**

**IDENTIFICAÇÃO**

**NOME EMPRESA:**

**CNPJ:**

**NOME DECLARANTE:**

**CPF:**

**CARGO:**

**DECLARO**, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que esta empresa, bem como seus dirigentes:

- Não foram condenados por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;
- Não praticam, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Nome do Responsável/Assinatura**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

**ANEXO V - DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA**  
**ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP**

**IDENTIFICAÇÃO**

**NOME EMPRESA:**

**CNPJ:**

**NOME DECLARANTE:**

**CPF:**

**CARGO:**

**DECLARO**, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que esta empresa, no ano-calendário de realização da presente contratação direta, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Nome do Responsável/Assinatura**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº xx/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA EM SANTA CATARINA E .....

A União, por intermédio da **Procuradoria da República em Santa Catarina**, com sede na Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, nº 4876, Edifício Luiz Elias Daux, Bairro Agronômica – Florianópolis/SC, CEP 88025-255, e-mail [prsc-contratos@mpf.mp.br](mailto:prsc-contratos@mpf.mp.br), inscrita no CNPJ nº 26.989.715/0029-03, neste ato representada pelo Secretário Estadual Maximiliano Eller, matrícula funcional nº 20787, nomeado pela Portaria nº 326, de 04 de agosto de 2014, publicada no DOU de 06 de agosto de 2014, ou, na sua impossibilidade, pelo Secretário Estadual Substituto Adriano Bernardi Pereira Duarte, matrícula funcional nº 12100, nomeado pela Portaria nº 339, de 07 de agosto de 2014, publicada no DOU de 14 de agosto de 2014, pelas delegações de atribuições da Portaria PR/SC nº 482, de 05 de setembro de 2023, publicada no DMPF-E de 12 de setembro de 2023, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº ....., sediada na ....., e-mail ....., doravante designada **CONTRATADO**, neste ato representada por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 1.33.000.000668/2026-06, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico nº .../2026*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de **manutenção preventiva, preditiva e corretiva de ar condicionado**, serviços sob demanda de realocação de evaporadores VRF, instalação e desinstalação de splits e carga de gás para o sistema de climatização da sede da Procuradoria da República em Santa Catarina (Florianópolis), com fornecimento de peças por ressarcimento, com mão de obra (não residente), ferramentas e materiais de consumo (Grupo 1) nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ou

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços **de análise de qualidade do ar** para todas as unidades Procuradoria da República em Santa Catarina (Florianópolis, Blumenau, Itajaí e Joinville, Chapecó, Lages, Caçador, São Miguel do Oeste, Criciúma e Tubarão (Grupo 2), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 1 – Procuradoria da República em Santa Catarina (Florinópolis).

Item	Descrição	Un med.	Qtd total anual	Periodicidade	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
Serviços continuados (manutenção preventiva)						
1	Manutenção preventiva e corretiva de SISTEMA VRF – constituído de 33 condensadoras e 185 evaporadoras, com elaboração de PMOC	un	12	Mensal		
2	Manutenção preventiva e corretiva de AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL(18 unidades) e PISO-TETO (3 unidades) de 12.000 btu/h até 24.000 btu/h – Total de 21 aparelhos	un	252	Mensal		
3	Manutenção preventiva e corretiva de sistema de renovação de ar – 102 aparelhos	un	80	Trimestral		
Serviços sob demanda						
4	Realocação de unidade evaporadora VRF até 2 m	un	2	---		
5	Realocação de unidade evaporadora VRF até 10 m	un	2	---		
6	Desinstalação de split de parede ou piso teto	un	6	--		
7	Instalação de split de parede ou piso teto	un	6	--		
8	Kit instalação para split	un	50	---		
Insumos						
9	Carga de gás R410	kg	50	---		
					TOTAL	

GRUPO 2 – Análise da qualidade do ar.

PR/SC (Florinópolis) e PRMs Blumenau, Itajaí, Joinville, Chapecó, Lages, Caçador, São Miguel do Oeste, Criciúma e Tubarão.

Item	Descrição	Un med.	Qtd total anual	Periodicidade	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
10	Florinópolis / Análise de ar - Poluição Biológica (8); CO2 (8); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (8); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (8).	Ponto de medição	16	Semestral		



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

11	Criciúma / Análise de ar -Poluição Biológica (3); CO2 (3); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (3); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (3).	Ponto de medição	6	Semestral		
12	Tubarão / Análise de ar -Poluição Biológica (3); CO2 (3); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (3); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (3).	Ponto de medição	2	Semestral		
13	Joinville Análise de ar -Poluição Biológica (5); CO2 (5); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (5); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (5).	Ponto de medição	10	Semestral		
14	Blumenau / Análise de ar -Poluição Biológica (5); CO2 (5); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (5); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (5).	Ponto de medição	10	Semestral		
15	Itajaí / Análise de ar -Poluição Biológica (5); CO2 (5); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (5); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (5).	Ponto de medição	10	Semestral		
16	Chapecó / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).	Ponto de medição	2	Semestral		
17	Lages / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).	Ponto de medição	2	Semestral		
18	Caçador / Análise de ar -Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).	Ponto de medição	2	Semestral		
19	São Miguel do Oeste/ Análise de ar - Poluição Biológica (1); CO2 (1); Partículas em suspensão PM10 e PM2,5 (1); Umidade, Temperatura, Velocidade do ar (1).	Ponto de medição	2	Semestral		
VALOR DO GRUPO						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **xx/xx/2026 a xx/xx/2027**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
  - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
  - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não é permitido a subcontratação do objeto, conforme item 4.2 do Termo de Referência.

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor anual estimado de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do pregão, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

7.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado na cláusula 7.1, o Contratante deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do índice IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

7.2.1. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.2. Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente à sua inércia.

7.2.3. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido na cláusula 7.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

7.2.4. Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

7.8. As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### **8.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
  - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
  - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 20 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. As obrigações do CONTRATADO estão no tópico 7 do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. A CONTRATADA adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução CNMP nº 281/2023, na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

10.2. Na execução desse contrato não há, a princípio, compartilhamento de dados pessoais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 200058;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 172236;
- IV) Elemento de despesa: 339039-17; e
- V) Plano interno: MBASIC; e
- VI) Nota de empenho: **XXX/2026.**

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Florianópolis, xx de xx de 2026.

*Assinatura Digital*  
MAXIMILIANO ELLER  
Secretário Estadual  
Procuradoria da República em Santa Catarina

*Assinatura Digital*  
Nome  
Cargo  
empresa

**TESTEMUNHAS:**

Adelmo Biancato Alberton  
Matrícula 23597

Pedro César Martins  
Matrícula 3247